

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LÍVIA PIETROBELLI DA SILVEIRA

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE  
ASSISTENTES SOCIAIS: A AVALIAÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS) DO CURSO DE  
SERVIÇO SOCIAL NA UFSC**

Florianópolis  
2021

Lívia Pietrobelli da Silveira

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE  
ASSISTENTES SOCIAIS: A AVALIAÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS) DO CURSO DE  
SERVIÇO SOCIAL NA UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Teresa dos Santos

Florianópolis  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Livia Pietrobelli da

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS : A AVALIAÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFSC / Livia Pietrobelli da Silveira ; orientadora, Maria Teresa dos Santos, 2021.  
93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Diretrizes curriculares do serviço social. 3. Formação profissional. 4. Dimensão técnico operativa. 5. Instrumentos e técnicas. I. Santos, Maria Teresa dos . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Lívia Pietrobelli da Silveira

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: A AVALIAÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFSC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 17 de maio de 2021

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni  
Coordenadora do Curso de Serviço Social/Ufsc

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra Maria Teresa dos Santos  
Orientadora  
Departamento de Serviço Social/Ufsc

---

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento  
Avaliador  
Departamento de Serviço Social/Ufsc

---

Prof<sup>ª</sup> Dra Marisa Camargo  
Avaliadora  
Departamento de Serviço Social/Ufsc

Dedico este trabalho a todas(os) estudantes do Serviço social que batalham por um ensino de qualidade. Que com as suas vivências agregam a formação em Serviço social, frente as diversas dificuldades encontradas durante a graduação. Somos nós estudantes uma das potências que movimentam a profissão para novas reflexões. Sigamos sempre com a curiosidade e a inquietação frente aos desafios que enfrentaremos durante a nossa trajetória como assistentes sociais e também quanto pessoas inseridas na sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Lúgia e Vilmar, que sempre acreditaram que a educação é transformadora. Embora com todas as dificuldades não mediram esforços para proporcionar a mim e meu irmão um bom ensino, abrindo mão de diversos bens materiais em prol de uma melhor condição de vida a seus filhos.

Também tenho gratidão ao meu irmão, Maurício, que diversas vezes me aconselhou sobre a graduação, como também me auxiliou sobre diversos assuntos teóricos e acadêmicos que eu tive dúvida. Meu namorado, Willian, que chegou em minha vida no meio da minha graduação e que desde o começo da nossa relação me incentivou nos meus estudos e em todos os meus sonhos. Agradeço pela paciência nos momentos em que eu quis desistir e por sempre me lembrar da mulher determinada e forte que eu sou.

Não posso deixar de citar a minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dra Maria Teresa dos Santos, que com competência me orientou na adequação do tema dessa pesquisa. Sob sua orientação, nesse processo de finalização da minha graduação, tive a oportunidade de ver o serviço social por uma nova perspectiva, acendendo novamente o meu entusiasmo pela profissão. Também quero ressaltar a sua responsabilidade com a produção acadêmica sempre prezando pela qualidade e veracidade nas informações.

Agradeço também em especial a minha amiga Nicole, que tive o prazer de conhecer durante a graduação. Nossas conversas foram essenciais para compreensão de diversas inquietações ao longo da minha formação e que com certeza colaboraram para meu amadurecimento que proporcionou a escrita dessa pesquisa.

Ademais, agradeço ao corpo docente, aos meus colegas de aulas e também aos meus colegas do Programa de Educação Tutorial, ao qual fui bolsista. Todos tiveram algum papel no meu amadurecimento durante esse processo. Meu muito obrigada!

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema o ensino da dimensão técnico-operativa e dos instrumentos e técnicas do serviço social na graduação em serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi elaborado a partir da análise documental, pesquisa bibliográfica de produções científicas do serviço social, bem como contou com levantamento de dados através de questionário submetido de forma online aos egressos concluintes do curso de serviço social da Ufsc no período de 2017.2 a 2019.2. Os dados da amostragem do questionário indicam o perfil dos egressos concluintes como maioria do sexo feminino, cor branca e estado civil solteiro. Também identificou que a maioria esteve inserido no mercado de trabalho durante a graduação e que grande parte ingressou na pós-graduação. A pesquisa apresenta as discussões da categoria profissional a respeito da instrumentalidade, da mediação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política e a importância dos instrumentos e técnicas na intervenção do assistente social. As análises da pesquisa demonstraram fragilidades no projeto pedagógico vigente referente ao processo de ensino-aprendizagem dos instrumentos e técnicas no contexto da dimensão técnico-operativa da profissão, revelando a centralidade do estágio no ensino da prática profissional. Também indica uma possível supervalorização da teoria, não cumprindo com a transversalidade do ensino da prática profissional nos diferentes componentes pedagógicos.

**Palavras chave:** Diretrizes curriculares do serviço social. Formação profissional. Dimensão técnico-operativa. Instrumentos e técnicas.

## ABSTRACT

This course conclusion paper has as its theme the teaching of the technical-operative dimension and the instruments and techniques of social work in the undergraduate course in social work at the Federal University of Santa Catarina. It was prepared based on documentary analysis, bibliographic research of scientific productions of social work, as well as data collection through a questionnaire submitted online to graduates of the Ufsc social work course in the period from 2017.2 to 2019.2. The sample data from the questionnaire indicate the profile of graduating graduates as a majority of females, white and single marital status. It also identified that most were inserted in the job market during graduation and that a large part entered graduate school. The research presents the discussions of the professional category regarding instrumentality, the mediation of the technical-operative, theoretical-methodological and ethical-political dimensions and the importance of instruments and techniques in the intervention of the social worker. The research analyzes showed weaknesses in the current pedagogical project regarding the teaching-learning process of instruments and techniques in the context of the technical-operative dimension of the profession, revealing the centrality of the internship in the teaching of professional practice. It also indicates a possible overvaluation of the theory, not complying with the transversality of the teaching of professional practice in the different pedagogical components.

**Keywords:** Curriculum guidelines for social work. Professional qualification. Technical-operative dimension. Instruments and techniques.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Sexo dos egressos

Figura 2 – Cor dos egressos

Figura 3 – Estado civil dos egressos

Figura 4 - Tipos de bolsas de estudos

Figura 5 - Período de contemplação das bolsas

Figura 6 – Obtenção de bolsas de estágio durante a graduação

Figura 7 – Inserção no mercado de trabalho durante a graduação

Figura 8 - Tempo destinado ao trabalho

Figura 9 - Inserção no mercado de trabalho após conclusão do curso

Figura 10 - Salário bruto vínculo de assistente social

Figura 11- Egressos que estão cursando ou cursaram a pós-graduação

Figura 12 - Conhecimento do projeto pedagógico do curso

Figura 13 – Percepção dos sujeitos sobre o desenvolvimento dos conteúdos programáticos acerca dos instrumentos e técnicas

Figura 14 - Elementos pedagógicos na aprendizagem dos instrumentos e técnicas

Figura 16 – Favorecimento da relação teoria-prática a partir do conjunto dos conteúdos teórico-práticos

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Cronograma de implantação do currículo de 2013.2

Quadro 2 - Quantidade de semestres cursados

Quadro 3 - Quantidade de estudantes formados por semestre

Quadro 4 – Disciplinas técnico-operativas do currículo de 1999

Quadro 5 - Disciplinas técnico-operativas do currículo de 2013

Quadro 6 - Respostas que conceituaram o que são os instrumentos e técnicas

Quadro 7 - Respostas que conceituaram respondendo quais são os instrumentos

Quadro 8 - A importância da aprendizagem dos instrumentos e técnicas

Quadro 9 - Justificativa da insuficiência do ensino teórico-prático

Quadro 10 - Na atuação profissional, sentiu falta do ensino sobre os instrumentos e técnicas?

Quadro 11 - Comentários e/ou sugestões

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Abepss	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Cfess	Conselho Federal de Serviço Social
DSS	Departamento de serviço social
Enesso	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
Fies	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FVR	Fundação Vidal Ramos
IES	Instituição de Ensino Superior
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PPC	Projeto Pedagógico do curso de serviço social da Ufsc
PPP	Projeto Político Pedagógico do curso de serviço social da Ufsc
ProUni	Programa Universidade para Todos
SC	Santa Catarina
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sesi	Serviço Social da Indústria
TCC	Trabalho de conclusão de curso
Ufsc	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC E O PERFIL DOS EGRESSOS [2017 – 2019] .....	16
2.1	Contextualização da graduação em serviço social na Universidade Federal de Santa Catarina.....	16
2.2	O perfil dos egressos concluintes .....	23
2.3	Mercado de trabalho: inserção e salários .....	32
2.4	Pós-graduação.....	33
3	DIRETRIZES CURRICULARES E PROJETOS PEDAGÓGICOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC: ONDE SE SITUA O ENSINO DOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS?.....	36
3.1	Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Abepss.....	36
3.2	Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da Ufsc de 1999.1 .....	42
3.3	Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da Ufsc de 2013.2 .	47
4	A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA E INSTRUMENTOS E TÉCNICAS: PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS .....	55
4.1	A dimensão técnico-operativa: debates da categoria.....	55
4.2	A apreensão da dimensão técnico-operativa pelos egressos concluintes do curso de serviço social da Ufsc.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
	REFERÊNCIAS .....	88
	APÊNDICE A – Questionário submetido aos egressos.....	92

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado da pesquisa realizada com os(as) egressos(as)<sup>1</sup> do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) intitulada “a dimensão técnico-operativa na formação profissional de assistentes sociais: a avaliação dos(as) egressos(as) do curso de serviço social na Ufsc.

O projeto pedagógico vigente do curso de graduação em serviço social da Ufsc foi implementado a partir do segundo semestre do ano de 2013, concluindo a implantação em 2017.2. Desta forma o recorte da análise se dá entre o período dos semestres 2017.2 a 2019.2, considerando os primeiros graduados do atual currículo do curso de serviço social.

Acredita-se que a percepção dos(as) estudantes egressos é um viés de análise pertinente para embasar o debate sobre a aprendizagem da dimensão técnico-operativa na formação profissional do(a) assistente social. E não apenas neste sentido, mas também de uma forma mais ampla, colaborar para novas estratégias e discussões sobre a mediação das dimensões constitutivas do serviço social no ensino da graduação e como essa mediação está sendo compreendida pelos/as estudantes.

No decorrer dos semestres cursados foi percebido o debate sobre a relação da teoria e da prática. Em discussões em sala e até mesmo em conversas informais entre estudantes, muitas vezes se ouviu esses relatos de dificuldade de compreensão de como a teoria embasa a prática. Deste modo, dentro do debate da relação teoria *versus* prática, também estava a dificuldade dos(as) estudantes em compreenderem o que são instrumentos e técnicas e como utilizá-los na prática profissional.

Ingressamos no curso de serviço social no período 2016.2, período esse que ainda não havia se completado a implantação integral do currículo agora vigente. Dessa maneira, em nossa própria experiência se verifica a conclusão do curso com um semestre adicional aos nove semestres previstos na matriz curricular, ou seja, totalizando dez semestres. O atraso da conclusão da graduação em serviço social na Ufsc é algo recorrente, como será apresentado durante a análise dos dados.

O estágio obrigatório foi realizado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no período de 2019.1 a 2020.1, quando se teve contato com alguns tipos de instrumentos, como

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalhando quando for referido os(as) egressos(as), estará se referindo aos egressos(as) da graduação no período de 2017.2 a 2019.2.

a “escuta qualificada” e entrevista. A inquietação e curiosidade sobre os instrumentos e técnicas foi parte do processo de formação da estudante. Em diversos encontros de supervisão acadêmica de estágio e também em outras atividades com assistentes sociais, foi falado sobre o instrumento escuta qualificada, surgindo uma curiosidade sobre como é conceituado esse instrumento para o serviço social. Assim, percebeu-se que muitos profissionais utilizavam esse termo, mas não sabiam realmente conceitua-lo, deste modo, o tema da escuta qualificada está sendo motivo de inquietação para outros(as) estudantes, verificado a pesquisa que está sendo elaborada por uma estudante da pós-graduação na residência multiprofissional no hospital universitário da Ufsc.

O tema inicial de pesquisa desse TCC, inicialmente era sobre essa inquietação da autora, ampliando-se posteriormente para a investigação sobre os instrumentos e técnicas no âmbito da dimensão técnico-operativa da profissão, especificamente para o curso de serviço social da Ufsc.

Compreende-se que o fazer profissional perpassa a análise das expressões da questão social, objeto de trabalho da profissão, utilizando-se de instrumentos e técnicas para compreender desde a realidade institucional, dos sujeitos e da própria profissão. A compreensão da dimensão técnico-operativa demonstra ser intrínseca no processo de apreensão da realidade sócio ocupacional. Os instrumentos e técnicas têm o potencial de contribuir para o conhecimento das realidades dos(as) usuários(as) e na construção de estratégias para favorecer a garantia de direitos. A mediação das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política é necessária no ensino e aprendizagem dos graduandos em serviço social, propiciando uma formação investigativa e interventiva na interpretação da relação teoria e realidade.

O contexto sócio histórico do período de construção dessa pesquisa é atípico. O Brasil e o mundo estão passando pelas consequências da Pandemia de Covid-19. Até o momento no Brasil, 412 mil pessoas morreram por complicações da doença, além das mortes, muitas consequências se desencadeiam no nosso país. O preocupante aumento da precarização do mercado de trabalho, aumento do desemprego e trabalhadores informais, desafios para a qualidade de ensino, com paralização das aulas tanto da educação infantil até a do ensino superior e a espera pela vacinação de toda a população. Hoje, em Florianópolis, iniciou-se a vacinação para os idosos de 60 anos, os profissionais da saúde já foram vacinados e os policiais e autônomos de saúde também estão na agenda. Em breve também iniciarão a vacinação das pessoas com certas comorbidades.

Do dia 17 de março de 2020 até o dia 30 de agosto de 2020, as aulas da Ufsc foram paralisadas. Desde a retomada das aulas, no dia 31 de agosto 2020, todas as atividades estão ocorrendo de forma remota, evidenciando-se as dificuldades estudantis com a falta de acesso à internet, falta de meios eletrônicos, acesso a livros da biblioteca universitária, a falta de alimentação no restaurante universitário, dentre diversas outras dificuldades. É nesse contexto de dificuldades e desafios que esse TCC foi elaborado.

O objetivo geral da pesquisa é: compreender como as/os estudantes egressos avaliam a aprendizagem da dimensão técnico-operativa da profissão no curso de graduação em Serviço social na Universidade Federal Santa Catarina. Como objetivos específicos busca-se: a) identificar o perfil dos egressos do curso de serviço social no período de 2017.2 – 2019-2; b) analisar a configuração do ensino da dimensão técnico-operativa prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina de 2013.2; c) compreender a concepção de instrumentos e técnicas apreendidas pelos sujeitos ao longo do curso; d) investigar em quais etapas ou elementos pedagógicos do curso de Serviço social as/os estudantes atribuem a aprendizagem do uso dos instrumentos e técnicas para a atuação profissional.

A metodologia dessa pesquisa contemplou a pesquisa documental dos projetos pedagógicos do curso de graduação em serviço social da Ufsc, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps), do Ministério da Educação (MEC), bem como utilizou-se da produção teórica do serviço social, como livros, artigos, teses e dissertações. Os principais autores ao qual se recorreu para embasar as análises foram Cláudia Mônica dos Santos, Yolanda Guerra e Hélder Boska de Moraes Sarmento. O instrumento para obtenção de dados, para além dos documentos institucionais do serviço social, foi um questionário, que é uma forma de investigação muito utilizada e que tem muitas vantagens em pesquisas quantitativas e qualitativas.

O questionário foi aplicado de forma online e elaborado no *Google Forms*. Primeiramente foi feito um teste preliminar, que foi enviado a quatro estudantes para verificar a eficiência e verificar adequação do instrumento aos objetivos dessa pesquisa. Após as respostas do pré-teste foi formulado o questionário oficial com 25 perguntas principais com desdobramentos, totalizando 45 perguntas (vide apêndice). Foi solicitado o consentimento e foi informado os objetivos da pesquisa antes de iniciar as perguntas do questionário. Dessa forma, as questões foram divididas em duas seções principais: perfil dos formados e processo de ensino-aprendizagem. Em relação ao perfil dos(as) egressos(as), buscou-se compreender quem

são esses estudantes, se estão inseridos no mercado de trabalho, se atuam como assistentes sociais, se estão na pós-graduação, dentre outras informações. No segundo momento buscou-se apreender o entendimento desses graduados sobre a dimensão técnico-operativa, instrumentos e técnicas e sobre a relação teórico-prática.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em cinco seções, iniciando-se pela presente introdução que apresenta o trabalho e as demais seções, a saber:

Na segunda seção intitulada “o curso de serviço social da Ufsc e o perfil dos egressos [2017 – 2019]”, aborda a história da Ufsc, bem como o processo de integração do curso de serviço social à universidade. A partir dos dados do questionário apresenta-se o perfil dos(as) egressos da amostragem, sobre as características em geral, obtenção de bolsas, inserção no mercado de trabalho e na pós-graduação.

A terceira seção intitulada: “diretrizes curriculares e projetos pedagógicos do curso de serviço social da Ufsc: onde se situa o ensino dos instrumentos e técnicas? ”, discorre sobre as diretrizes gerais que regulamentam os cursos de serviço social do Brasil, os processos de discussão e avaliação do currículo de 1999 e também do currículo atual de 2013.

Na quarta seção, “a dimensão técnico-operativa e instrumentos e técnicas: percepção dos egressos”, a partir da discussão da categoria a respeito da dimensão técnico-operativa, é mediado as produções teóricas do serviço social sobre o tema com a percepção dos egressos sobre o ensino dos instrumentos e técnicas. Também é analisado se a prática do projeto pedagógico vigente está sendo suficiente para fomentar a relação teoria prática quanto uma unidade.

Nas considerações finais desse trabalho destaca-se que não se pretende com esse estudo esgotar a discussão sobre a dimensão técnico-operativa da profissão e neste contexto seus instrumentos e técnicas na graduação em serviço social, pois compreende-se o trabalho de conclusão de curso como resultado de um nível exploratório de pesquisa. Dessa maneira, busca-se através das discussões apresentadas fomentar o debate sobre o ensino dos instrumentos e técnicas no curso de serviço social da Ufsc, contribuindo para a avaliação do projeto pedagógico vigente.



## **2 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC E O PERFIL DOS EGRESSOS [2017 – 2019]**

Para compreensão das questões objetivadas nesta pesquisa, é importante apresentar o contexto histórico da inauguração do curso de serviço social da Ufsc, como também compreender o momento histórico da universidade durante os semestres de 2013.2 a 2019.2. Assim será possível discorrer sobre os(as) egressos(as) do curso de serviço social da Ufsc para trazer a discussão de forma mais ampla e coerente.

### **2.1 Contextualização da graduação em serviço social na Universidade Federal de Santa Catarina.**

A integração da graduação em serviço social da Ufsc foi resultado de movimentos históricos no cenário de Santa Catarina (SC) no setor da educação. Em Florianópolis, nos anos de 1960, havia algumas opções de faculdades isoladas, com independência administrativa e financeira e a faculdade de serviço social era uma dessas.

A criação de universidades públicas foi ampla nos anos de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, sendo assim, a Ufsc<sup>2</sup> foi umas das universidades que foram inauguradas no ano de 1960 com a Lei Federal nº 3.849 de 18/12/1960, pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, integrando sete faculdades independentes.

Entretanto, o que é hoje o curso de graduação em serviço social da Ufsc, iniciou-se partir do movimento de entidades patronais, dirigentes políticos, intelectuais e integrantes da Igreja Católica, em 1958, com a criação da Fundação Vidal Ramos (FVR), fazendo alusão ao político Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, que foi governador do estado de SC no período de 1910 - 1914 e foi conhecido por projetos educacionais. As atribuições da FVR, segundo Gerber (2012, p. 132) era elaborar, aprovar e homologar os Estatutos e Regulamentos para a futura escola de serviço social. No estatuto da fundação já havia previsão da escola de serviço social

---

<sup>2</sup> Na época da criação da universidade a mesma foi inaugurada com o nome de Universidade de Santa Catarina. (USC), mas chamada de Ufsc oficialmente apenas após a Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. (UFSC 50 anos: trajetórias e desafios, 2010, p.18)

ser integrada à futura universidade de Santa Catarina, que hoje é Universidade Federal de Santa Catarina<sup>3</sup>.

Assim a faculdade de serviço social em Florianópolis foi criada em 1958 com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), para acompanhar a expansão industrial e suprir a demanda de profissionais especializados em Santa Catarina. Com a redemocratização no Brasil e o desenvolvimento da indústria, houve a compreensão do Estado sobre a importância de antecipar os movimentos operários por reivindicações, e de tratar as expressões da questão social de forma paliativa a fim de apaziguar essa nova crescente classe trabalhadora.

Nesse contexto compreendeu-se que o serviço social deveria promover a justiça social, a melhoria de condições da classe trabalhadora e que a assistência social deveria ser executada por profissionais formados<sup>4</sup>. Assim ocorreu a criação do Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Social do Comércio (Sesc)<sup>5</sup>, favorecendo a compreensão do trabalho do assistente social, pois entendia-se a necessidade de uma mão de obra qualificada para suprir as necessidades desse momento histórico. Em conformidade com Gerber (2012, p. 118) “pode-se, inclusive, afirmar que a gênese do serviço social catarinense está estreitamente vinculada ao Sistema Fiesc-Sesi”.

A faculdade de serviço social, que iniciou as atividades pedagógicas em 1959, era mantida pela FVR e tinha convênio com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, que era o braço jurídico da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. A congregação tinha o objetivo de evangelizar e de realizar o trabalho social, tendo papel importante para a difusão do serviço social em todo Brasil. A partir desse convênio foi possível o processo de integração à Ufsc.

---

<sup>3</sup> Para aprofundar o assunto sobre o primeiro curso de serviço social em SC, sugere-se a leitura da dissertação de mestrado de GERBER, L. **A formação dos assistentes sociais em santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958-1983)**. Dissertação (Mestrado em Serviço social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2012, p. 128.

<sup>4</sup> Esses entendimentos foram resultado da conferência em Teresópolis, 1 a 6 de maio de 1945 onde foi elaborada a Carta da Paz Social pelos representantes das classes produtoras do país.

<sup>5</sup> O Sesi e o Sesc foram mecanismos de controle produtivo e de reeducação dos operários, a fim de orientar um novo estilo de vida no cotidiano dos seus funcionários. Com o crescente estilo de vida urbano era interesse do capital essa adequação dos funcionários da indústria, assim evitando reivindicações de melhorias no trabalho, como também a construção da consciência de classe.

Segundo Gerber (2012), o primeiro currículo era consonante com a filosofia católica e considerava a profissão como uma vocação num sentido moral e ético. Entretanto, havia uma preocupação de ser um ensino técnico-operativo moderno e atual, com corpo docente qualificado para a formação de novos(as) assistentes sociais. O principal diferencial das demais faculdades era a realização do estágio desde as primeiras turmas.

A partir dos contextos sócio históricos dos anos de 1970, na efervescência da ditadura militar no Brasil, ocorreram diversos embates na luta de classes, no sentido de instaurar um Estado democrático. Nesse mesmo contexto, o serviço social passa por mudanças no posicionamento e no direcionamento social em sua prática profissional.<sup>6</sup>

O movimento "interno" do serviço social não ocorreu de maneira estanque daqueles enunciados como dinâmica social, pelo contrário, foi a partir da realidade social (objeto de intervenção profissional), da apreensão dos antagonismos presentes na sociedade e, conseqüentemente, do seu questionamento, que os assistentes sociais viram a necessidade de romper com os traços tradicionais/conservadores da profissão, elaborando uma proposta de formação profissional sintonizada com as transformações societárias ocorridas e, sobretudo, com os reflexos de tais transformações sobre a profissão. (CASTRO; TOLEDO, 2003, p. 5)

As discussões e mudanças da categoria profissional, culminaram no movimento de reconceituação do serviço social, fortalecido pela discussão da laicização da profissão e com a intenção de ruptura com o serviço social tradicional. Com a ampliação do capitalismo, a profissão começou a se identificar quanto uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, que atua na elaboração de respostas às demandas sociais. Sendo assim, buscou-se integrar teorias que condissessem com a direção social em defesa da classe da trabalhadora.

O Movimento de Reconceituação possuiu dois momentos: no primeiro os profissionais buscaram apenas a modernização da prática, sem alterar sua função social, ou seja, não se questionava o sistema vigente sob o modelo desenvolvimentista, a grande preocupação neste momento era quanto à teorização do Serviço Social. No segundo, a profissão assume a perspectiva dialética, questionando sua vinculação histórica com os setores dominantes da sociedade e a pretensa neutralidade política do profissional, assumindo um compromisso real com os segmentos populares, buscando a transformação social. (CASTRO; TOLEDO, 2003, p. 5)

Com base nas mudanças sociais do momento histórico, bem como as reflexões e questionamentos da função social da profissão e da formação profissional, houve a necessidade de elaboração de um currículo que incorporasse as discussões sobre a direção teórica e a prática

---

<sup>6</sup> Para aprofundar o assunto, sugere-se a leitura: NETTO, José. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1990.

profissional. Assim foi elaborado o currículo mínimo de 1982, tendo em vista a implementação nos cursos de serviço social.

O currículo mínimo de 1982 foi formulado com a participação das unidades de ensino ligadas à ABESS, comportando uma gama de ideias e concepções diferenciadas acerca do projeto de formação profissional, o que acarretou em uma proposta de currículo com ambiguidades e contradições, visto que no interior da própria categoria existiam projetos em disputa. (CASTRO; TOLEDO, 2003, p. 13)

Algumas fragilidades do currículo mínimo foram identificadas, tendo em vista a conjuntura política, o agravamento da questão social e o avanço do neoliberalismo. Mesmo com essas contradições e com a necessidade de uma nova elaboração curricular, o currículo mínimo “significou um avanço expressivo para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista - apesar dos equívocos iniciais - e a redefinição da função social da profissão centrada no compromisso com os usuários na busca pela efetivação de seus direitos.” (CASTRO; TOLEDO, 2003, p. 14)

Assim, apoiado a diversas discussões e oficinas em todo território nacional, foram elaboradas as propostas da Abepss, resultando nas Diretrizes gerais para os cursos de serviço social, em 1996.

No âmbito local, em 1980, houve a integração total do curso de serviço social à Ufsc, assim, diversas análises sobre o currículo foram realizadas, no sentido de compreensão do perfil do profissional a ser formado e as próprias exigências da realidade brasileira na conjuntura da época.

[...]é possível inferir que, no período da fundação da Faculdade, a formação católica estava impregnada na profissão. Entretanto, posteriormente, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorreu a laicização da profissão, houve um distanciamento da matriz teórica vinculada à filosofia da Igreja Católica e uma aproximação com a teoria crítica. (GERBER, 2012, p. 156)

Houve revisões em 1982, 1985 e uma revisão parcial em 1991. Essas revisões do projeto pedagógico resultaram no currículo pedagógico de 1999. Além das discussões internas do departamento de serviço social (DSS) da Ufsc, também foram integradas as propostas das Diretrizes curriculares da Abepss. Segundo o Projeto político pedagógico (PPP) do curso de serviço social da Ufsc (1999, p. 40), o DSS/Ufsc foi um agente ativo no processo de formulação das Diretrizes gerais no âmbito regional e nacional, “cuja elaboração contou com a participação de docentes e estudantes, tanto na discussão quanto na formulação, ao longo do ano de 1998”, o que contribuiu para a elaboração do próprio projeto pedagógico de 1999.

Segundo Gerber (2009, p. 118) o “curso de Serviço Social vinculou-se ao Departamento de Direito Público e Social do Centro Sócio Econômico, mas houve disputa entre dois Centros de Ensino da Ufsc para que o curso de Serviço Social ficasse vinculado a um determinado Centro da Ufsc”, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

A direção do curso se tornou laica somente a partir da total integração da graduação em serviço social da Ufsc. Segundo o Projeto pedagógico do curso de serviço social (PPC) da Ufsc (2013, p.26), “ingressaram, nos dois semestres de 1979, 51 estudantes para o Curso de Serviço Social; em 1980, 49; e em 1981, 52 estudantes. Estima-se que, à época da transferência, o Curso contava com aproximadamente 200 discentes e 16 professores.”

Um marco para o curso foi a expansão das vagas em 1998, abrindo um turno noturno. Outra conquista do departamento foi a criação do programa de pós-graduação, resultando em 2001 no curso de mestrado e em 2011 no curso de doutorado, mas não houve aumento significativo no quadro de professores para acompanhar o aumento da demanda com a expansão do curso. Isso demonstra que a expansão de vagas não é a solução em si para a garantia de acesso a novos(as) estudantes. Outras questões devem ser levadas em consideração para receber novos(as) estudantes, como um quadro docente suficiente, estrutura e permanência estudantil.

[...]a expansão rápida de vagas não está correspondendo na mesma medida à ampliação da infraestrutura física dos campi e da contratação de docentes, as políticas afirmativas e de permanência ainda se encontram em estruturação e os primeiros indicadores estão apresentando índices crescentes de evasão. Ou seja, a rápida expansão de vagas discentes, neste curto prazo, não está revelando igual índice de permanência e de formados. (PPC, 2013, p. 22.)

A falta de um corpo docente condizente com o número de turnos e turmas de mestrado e doutorado é uma dificuldade que permeia o curso de serviço social da Ufsc. Esse é um dos fatores que possivelmente colaboram com as dificuldades para a efetivação dos projetos pedagógicos. Assim, o quadro reduzido de professores é um desafio para a efetivação do projeto pedagógico, que prevê:

O compromisso estruturante com a sólida e crítica formação nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do assistente social, capaz de prepará-lo para enfrentar os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho, das demandas profissionais oriundas desses processos e das condições do exercício profissional. (PPC, 2013, p.5.)

Mesmo com diversos entraves do departamento de serviço social com a administração geral da Ufsc, o quadro de professores se mostra insuficiente para a demanda de número de

estudantes da graduação, mestrado e doutorado como também para execução de projetos de pesquisa e extensão até o momento atual<sup>7</sup>.

O projeto pedagógico vigente da graduação é o de 2013.2. Nesse PPC se buscou algumas adequações em relação ao projeto pedagógico anterior, datado de 1999, especialmente quanto à carga horária de disciplinas de fundamentos da profissão, de estágio supervisionado e de trabalho de conclusão de curso, discussão essa que será melhor desenvolvida na seção 3, que irá discorrer sobre o novo currículo do curso e as principais mudanças e discussões.

O serviço social assim como os outros cursos é afetado tanto pelas decisões governamentais, quanto institucionais, por isso, além do quadro defasado de professores, outros aspectos pertinentes também refletem na formação dos(as) estudantes, como os cortes de verbas e as greves estudantis.

Na realidade brasileira, a complexidade do sistema universitário e as especificidades inerentes ao ensino superior refletem diretamente no processo de formação profissional, tanto em sua natureza, como no seu conteúdo. Como em outras profissões, o ensino do Serviço Social caracteriza-se pelas particularidades institucionais e também pela diversidade de paradigmas relacionados à natureza de seus conceitos, teorias e métodos de investigação e intervenção na realidade social. (OLIVEIRA, 2004, p.2)

Nos governos do Partido dos trabalhadores (PT), na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), é inegável os avanços da educação, refletindo nos avanços das universidades públicas e também no ingresso de segmentos das classes trabalhadoras como estudantes. Entretanto, com o avanço do capitalismo, a educação adquire cada vez mais o caráter de mercadoria. O projeto de privatização do ensino público é cada vez mais evidente, vide o Programa universidade para todos (ProUni), regulamentado pela Lei nº 11.096/2005, durante a gestão do ex-presidente Lula, que tem por objetivo conceder bolsas de estudo parciais e integrais em universidades e faculdades privadas em território nacional, através da nota do Exame nacional do ensino médio (Enem). O Enem foi criado em 1998, com

---

<sup>7</sup> Vide a crescente demanda dos docentes, com o aumento de demandas para o curso como a curricularização da extensão, alteração a ser incorporada na matriz curricular do Curso até 2022. A partir da curricularização da extensão, 10% da carga horária da matriz curricular dos cursos deverão ser destinados a extensão, sem aumento do corpo docente e financiamento para tal. Os novos currículos dos cursos deverão se adequar até 30/04/2022. Para aprofundar esse assunto, indica-se o site: <https://curricularizacaoaodaextensao.ufsc.br/>

o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica e a entrada nas universidades perante a nota obtida.

Outro programa criado que propicia a privatização do ensino superior foi o Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior (Fies), sendo um programa destinado aos estudantes sem condições de arcar com os custos de uma graduação, assim com o Fies financiam a sua graduação em instituições privadas. Com essas iniciativas, o desmonte da educação pública é prioritariamente desencadeado pelo próprio governo brasileiro, a partir do sucateamento de verbas para as universidades públicas e o incentivo da iniciativa privada dentro das universidades.

Entende-se como a função social da universidade a produção e socialização do conhecimento científico, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em contrapartida a sua função na sociedade, em 2015 apresentou-se o projeto de lei, PLS 782/2015, a fim de cobrar mensalidade nas universidades públicas, mas não teve êxito. Em contra partida, houve um corte de verbas de R\$ 1,2 bilhões nos orçamentos das universidades. Outros cortes importantes na educação se sucederam a partir desse período, evidenciando que “a educação se edifica a partir de interesses e conveniências que se travam no decorrer da reprodução da existência humana” (JUNIOR; ANDRADE, 2018, p.82).

Em 2016 a presidente Dilma Rousseff sofreu o impeachment e o vice Michel Temer assumiu a presidência do Brasil, o que decretou o circo de horrores na educação e também em outros setores primordiais, como a saúde, previdência e assistência social. Com a promulgação da Emenda Constitucional 95, evidencia-se a desvalorização do ensino público, a diminuição do auxílio permanência e de bolsas estudantis. Essas decisões impactam diretamente na vida dos(as) estudantes, pois a falta de políticas públicas que propiciem condições para permanência nas universidades se traduz como um empecilho para a conclusão do curso, impactando diretamente na condição de vida material dos estudantes, na moradia, alimentação, custos com cópias dos textos de aula, transporte, muitas vezes aumentando o tempo de conclusão do curso ou até mesmo a evasão acadêmica.

Nesses períodos de corte de verbas sucederam diversas greves estudantis no âmbito nacional e a Ufsc também aderiu às greves desse período. O movimento estudantil é um meio de organização necessário e que dentre os diversos momentos de repressão e embates políticos, obteve diversas vitórias. No período da ditadura no Brasil, por exemplo, o movimento estudantil se demonstrou como um elemento importante para a retomada da democracia.

A greve é um mecanismo de luta da classe trabalhadora, a qual se organiza na maioria das vezes em entidades representativas, para pautar suas reivindicações. Apesar de não ser novidade, muitos setores da sociedade ainda persistem no discurso hostil, na intenção de desmobilizar o movimento, que notoriamente “prejudica” a acumulação de lucro pela burguesia. (PINTO, 2019, p. 55)

Nas greves sempre há diversas atividades, palestras e rodas de conversas, promovendo momentos de debates e amadurecimento teórico-político. Embora as greves sejam espaços importantes de discussões, elas também podem ser um dos fatores que favorecem o atraso da conclusão do curso, pois nessas greves citadas houve paralisação das aulas e mudanças no calendário acadêmico.

Os contextos das greves estudantis que ocorreram no período de análise dessa pesquisa, 2017.2 – 2019.2, é possivelmente um dos fatores que contribuiu para a prolongação na conclusão do curso, como será apresentado na subseção seguinte.

## 2.2 O perfil dos egressos concluintes

Com base nos dados fornecidos pela coordenação da graduação em serviço social, entre 2017.2 e 2019.2, 88 estudantes concluíram a graduação no período matutino e 58 estudantes concluíram no período noturno, totalizando 146 egressos. Dentre esses egressos, 108 estudantes ingressaram no novo currículo do curso, sendo 68 do turno matutino e 40 do turno noturno.

A escolha do período de análise dessa pesquisa presume a total implementação do projeto pedagógico de 2013.2, com base no cronograma de substituição ao currículo de 1999.1 que foi elaborado considerando a implantação de modo processual, fase a fase, em substituição gradativa ao currículo de 1999.1, conforme o cronograma:

Quadro 1 - Cronograma de implantação do currículo de 2013.2

Implantação novo currículo/Substituição fases currículo 1999.1	Período de Implantação/Semestres Letivos								
	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2
Primeira fase									
Segunda fase									
Terceira fase									
Quarta fase									
Quinta fase									
Sexta fase									
Sétima fase									
Oitava fase									
Nona fase									

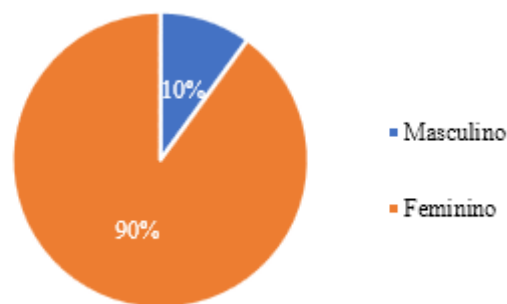
Fonte: PPC, 2013, p. 80.



Assim, para realizar a análise sobre a compreensão dos egressos sobre a dimensão técnico-operativa conforme o Projeto Pedagógico do Curso de 2013.2, considerou-se os egressos a partir de 2017.2. Dessa forma, foram enviados e-mails com o questionário elaborado no Google Forms para os 108 egressos concluintes do currículo de 2013.2 e obtivemos 33 respostas, sendo 30 respostas válidas, pois ao perguntar o semestre de ingresso no curso, 3 egressos responderam semestres anteriores ao de 2013.2. Considerando as respostas obtidas, contamos com uma amostragem de pesquisa de 27,7%.

Para identificação do perfil geral dos egressos buscou-se compreender qual o sexo, a cor e o estado civil da amostragem.

Figura 1 – Sexo dos egressos



Fonte: Elaborado pela autora

Constata-se que a maior parte dos egressos da graduação de serviço social da Ufsc é majoritariamente constituída por mulheres. Essa amostragem vai de acordo com os dados do relatório de pesquisa intitulado: O período de vínculo formal dos alunos, perfil dos egressos e ingressantes do Curso de Serviço Social da Ufsc, das Professoras Doutoras Tânia Regina Krüger e Simone Sobral Sampaio. Krüger e Sampaio (2011) constaram que os egressos concluintes ingressantes dos semestres 2000.1, 2000.2, 2002.1, 2002.2, 2004.1 e 2004.2. eram também majoritariamente do sexo feminino.

A questão da maioria dos(as) estudantes de serviço social serem mulheres é consoante com a história do serviço social, que desde o início da profissão requisitou mulheres para o trabalho.

Desde a emergência da profissão do Serviço Social no Brasil observamos a predominância do sexo feminino entre tais profissionais. Assim, a predominância feminina na profissão do Serviço Social em suas origens, está diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino. (CRAVEIRO; MACHADO, 2011, p. 4)

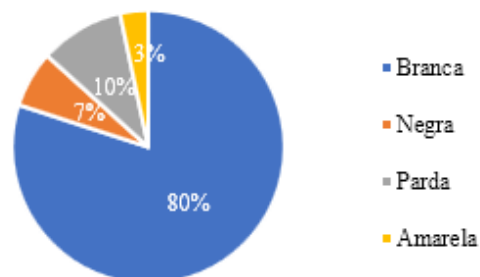
Outros aspectos pertinentes à constituição da figura feminina no serviço social, desde a origem da profissão, é a exigência de critérios éticos e morais para adentrarem na profissão. Esses critérios eram baseados nas atribuições destinadas às mulheres. Assim, os interesses burgueses, “buscava acima de tudo o controle social, como instrumento de efetivação e manutenção da ordem burguesa se encontrava as Assistentes Sociais.” (CRAVEIRO; MACHADO, 2011, p. 5) Nesse sentido, era compreendido o trabalho do serviço social quanto uma vocação.

Hoje, com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, essas mulheres buscam cursos de graduação para se especializarem. O curso de serviço social, continua sendo uma graduação eminentemente feminina, embora haja mudanças sociais sobre o papel da mulher na sociedade. Assim, o serviço social continua sendo uma profissão de maioria feminina, mesmo não havendo mais o viés de ser uma profissão com base moral.

No panorama atual das relações de trabalho, pode-se observar que o papel anterior relegado às mulheres – cuidar, zelar pelo bem-estar comum, exercer práticas voluntaristas ligadas à caridade e à filantropia, não tendo como objetivo o sustento de uma família, por exemplo – foi substituído pela visão contemporânea, que vislumbra exatamente o oposto, ou seja, cada vez mais as mulheres estão se inserindo no campo do trabalho. Isso reflete também na área do Serviço Social, pois mais mulheres têm buscado essa profissão, visando o seu sustento financeiro e também o sustento dos filhos, da casa de forma geral. (CRAVEIRO; MACHADO, 2011, p. 7)

Outro aspecto pertinente para identificação do perfil dos egressos é a questão racial. Mesmo com a implementação do Programa de ações afirmativas em 2007 à Ufsc, o número de pessoas negras que concluíram a graduação em serviço social se demonstra mínimo.

Figura 2 – Cor dos egressos



Fonte: Elaborado pela autora

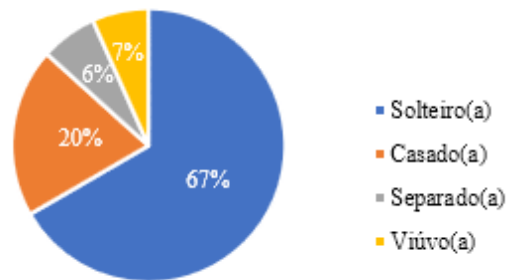
A pesquisadora Tatiana Dias Silva, fez as análises dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com relação a inserção da população negra no ensino superior. Constata-se que os novos estudantes no ensino superior público no ano de 2017 foi de “homens negros e brancos empatam, representando 24,4% cada um, enquanto as mulheres negras seguem

representando o maior grupo, totalizando 28,4% dos ingressantes.” (SILVA, 2020, p. 24) Contrapondo esse dado positivo, com relação a conclusão da graduação, os dados são bem diferentes.

Em 2017, a população negra correspondia ainda a apenas 32% das pessoas com ensino superior concluído, em contraste com 55,4% de participação na população total. Ademais, considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros têm ensino superior completo, enquanto este é o maior nível de instrução para 22,9% da população branca. (SILVA, 2020, p. 25)

Dessa forma, com relação à conclusão do curso, mesmo com as ações afirmativas, o número de pessoas negras formadas se demonstra ínfimo. Esses dados demonstram que o ingresso à universidade não garante de fato o acesso, pois sem políticas de permanência estudantil, a evasão, principalmente das populações que historicamente que não tiveram acesso a diversos direitos, é recorrente.

Figura 3 – Estado civil dos egressos



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao estado civil dos egressos, percebe-se que a maioria desses são solteiros(as). Ademais, o semestre de ingresso na graduação variou entre 2013.2 a 2015.2. A colação de grau foi entre os semestres de 2017.2 a 2020.1. Em questão da formação na Ufsc, 90% dos egressos responderam que realizaram a graduação de forma integral na Ufsc, dentre os 10% restantes, as universidades citadas que foram cursadas de forma parcial foram: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFF Rio das Ostras e Faculdade Anhanguera.

Confrontando os dados cedidos pela coordenação da graduação, percebe-se que dentre os 146 egressos concluintes no período de 2017.2 e 2019.2, 38 deles ainda eram do currículo de 1999. A formação em serviço social na Ufsc prevê 9 semestres mínimos para conclusão do curso.

Com base nas respostas obtidas, para elaboração desse quadro, apenas 25 respostas foram válidas, pois em algumas respostas não constaram o ano e semestre de formação e/ou

conclusão, sendo assim, será apresentado as respostas válidas referentes à formação dos egressos no quadro abaixo:

Quadro 2 - Quantidade de semestres cursados

Ingresso	Conclusão	Semestres cursados
2013.2	2019.1	12
2013.2	2019.1	12
2013.2	2017.2	9
2013.2	2017.2	9
2014.1	2020.1	13
2014.1	2018.2	10
2014.1	2019.1	11
2014.1	2020.1	13
2014.1	2018.2	10
2014.1	2018.2	10
2014.1	2018.1	9
2014.2	2018.2	9
2014.1	2018.2	10
2014.1	2020.1	13
2014.1	2018.2	10
2014.1	2018.2	10
2014.2	2018.2	9
2014.1	2018.2	10
2014.2	2018.2	9
2015.1	2019.1	9
2015.1	2019.1	9
2015.1	2019.2	10
2015.2	2019.2	9
2015.1	2019.2	10

2015.2	2018.2	7
--------	--------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se que 36% concluíram o curso no período estimado e 60% com atrasos. Para elucidar os dados, a tabela a seguir apresenta a quantidade de estudantes que concluíram o curso nas seguintes quantidades de semestres:

Quadro 3 - Quantidade de estudantes formados por semestre

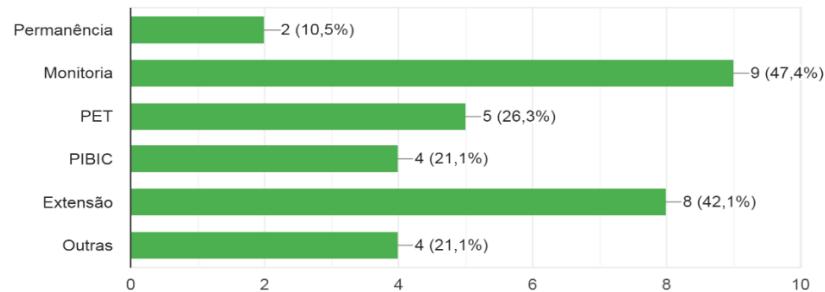
Quantidade de semestres	Estudantes formados no período
7 semestres	1
9 semestres	9
10 semestres	9
11 semestres	1
12 semestres	2
13 semestres	2
14 semestres	1

Fonte: Elaborado pela autora

Em comparação com o atraso dos(as) estudantes do currículo anterior, percebe-se que no novo projeto pedagógico a prolongação do curso se mantém alta. Outro dado importante é em relação ao turno, dos 108 egressos formados no novo currículo, 68 eram do turno matutino e 40 eram do turno noturno, demonstrando uma maior evasão no turno da noite.

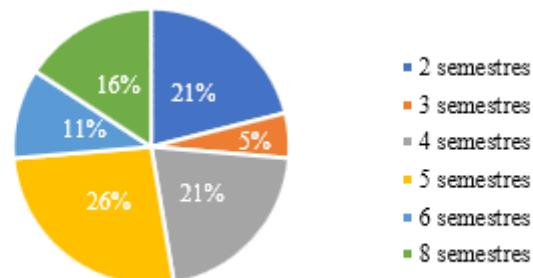
Com relação a recebimento de bolsas, 60% responderam que obtiveram bolsas durante a graduação. Como há possibilidade de recebimento de mais de um tipo de bolsas de estudo durante a graduação, a resposta para essa questão foi de múltipla escolha, conforme demonstra a figura:

Figura 4 - Tipos de bolsas de estudos



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 5 - Período de contemplação das bolsas

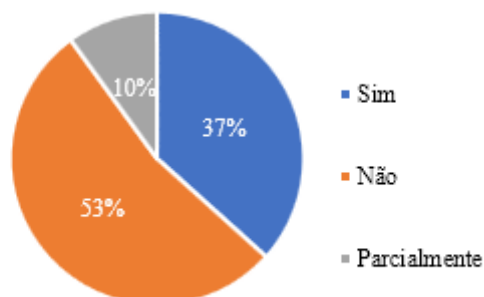


Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos egressos obtiveram bolsas durante a graduação, entretanto, uma questão significativa é que a maior parte desses egressos receberam a bolsa num período de 5 ou menos semestres, não contemplando toda a sua graduação.

O projeto pedagógico de 2013 do curso de serviço social da Ufsc prevê três semestres de estágio supervisionado obrigatório, com bolsas-estágio ou não.

Figura 6 – Obtenção de bolsas de estágio durante a graduação

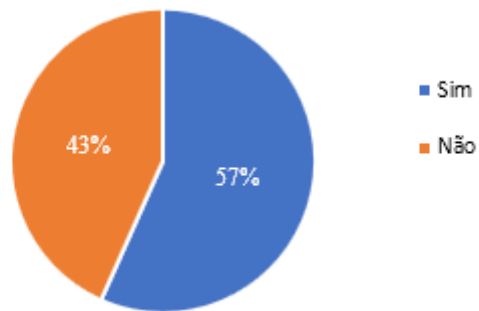


Fonte: Elaborado pela autora

Em relação às bolsas de estágio, os dados evidenciam que a maioria dos campos de estágios ainda hoje não possuem bolsa para auxiliar nos estudos e outras condições necessárias,

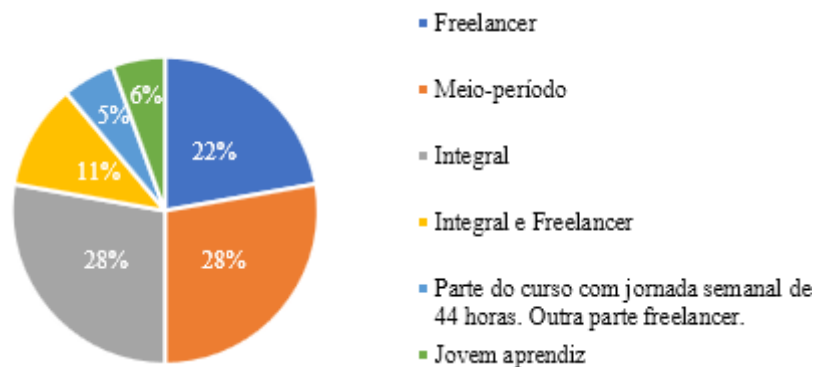
como alimentação e transporte até o local de estágio. As consequências da não obtenção de bolsas durante o estágio reflete na manutenção da vida material, contribuindo para a inserção do(a) estudante no mercado de trabalho durante a graduação.

Figura 7 – Inserção no mercado de trabalho durante a graduação



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 8 - Tempo destinado ao trabalho



Fonte: Elaborado pela autora

Na busca de qualificação profissional, muitos buscam o acesso ao ensino superior. Entretanto, para conseguirem se manter na universidade, muitos estudantes contam com bolsas de estudos, de estágio ou se inserem no mercado de trabalho. Desta maneira, a vontade de estudar pode dar vez ao trabalho, já que ele se torna uma necessidade imediata para se manter no curso. Como também os(as) trabalhadores(as) que também se inserem no ensino superior em busca de qualificação e elevação salarial.

No cenário brasileiro, observa-se que existe um contingente alto de pessoas que trabalham porque não tem condições de dedicar-se somente à vida acadêmica. Ora, sendo o trabalho essencial para sobrevivência no sistema capitalista, logo o será para suprimimento dos custos que advêm da vida acadêmica, seja para deslocamento para tal, materiais, insumos para este período, entre outros. (MODESTO, 2012 citado por SILVA, 2018, p. 25)

Assim sendo, pode-se compreender que outro fator que é capaz de contribuir para a prolongação do curso é a inserção no mercado de trabalho. Confrontando os dados de estudantes que não receberam bolsa de estágio e os que responderam que estavam inseridos no mercado de trabalho, percebe-se uma equivalência nos dados, pois 53% não obtiveram bolsas de estágio e 57% trabalharam durante a graduação.

Dessa maneira, a manutenção da vida material se demonstra como um desafio para a conclusão em 9 semestres, como prevê o projeto pedagógico vigente. A busca por profissionalização muitas vezes pode ser impedida ou dificultada pela necessidade de inserção no mercado de trabalho assim, conforme Silva (2018, p. 26)

entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização.

Outra questão possível para o atraso na formação é desencadeada pelo sucateamento das universidades públicas, a falta de estágios com bolsas, como também a contemplação de bolsas de auxílio estudantil durante todo processo de formação. As respostas aos cortes de verbas muitas vezes são as greves estudantis, da mesma forma que são espaços de amadurecimento político, as greves modificam o calendário estudantil, podendo também prejudicar a formação.

Cabe situar a importância do turno noturno para os(as) estudantes do curso de serviço social. Como foi relacionado acima, mais da metade dos(as) egressos(as) estiveram inseridos(as) no mercado de trabalho durante a graduação e uma parte significativa trabalharam de forma integral. A opção de dois turnos distintos demonstra uma possibilidade para esses(as) estudantes trabalhadores(as) conseguirem se manter estudando, embora que no turno noturno menos estudantes consigam concluir a graduação.

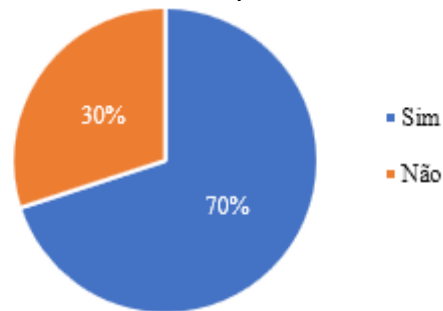
Ademais, as universidades públicas se demonstram quanto espaços importantes para esses estudantes, ofertando cursos de forma gratuita. “Os trabalhadores estudantes caracterizam não possuem recursos financeiros para poder custear uma universidade privada se não fosse possível ingressar em uma instituição de ensino gratuita.” (SILVA, 2018, p. 59) Considerando o perfil apresentado dos(as) egressos(as) do curso de serviço social da Ufsc, a universidade pública é um espaço que propicia a esses(as) um espaço de capacitação profissional, mesmo com as dificuldades relatadas acima.



### 2.3 Mercado de trabalho: inserção e salários

Com relação ao mercado de trabalho, buscou-se verificar se esses concluintes já se inseriram no mercado de trabalho após a conclusão do curso, e se sim, se estariam atuando como assistentes sociais.

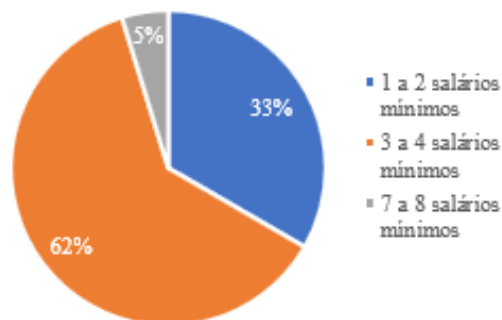
Figura 9 - Inserção no mercado de trabalho após conclusão do curso



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre as respostas, verifica-se que 70% estão trabalhando no momento. Desses, 76% atuam como assistentes sociais. As áreas de atuação variaram entre: assistência social, docência, saúde mental, saúde do trabalhador, saúde, educação, criança e adolescente, tribunal de justiça. Porém o maior número de atuação das respostas foi na área de assistência social.

Figura 10 - Salário bruto vínculo de assistente social



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos salários dos que já atuam como assistentes sociais é de 3 a 4 salários mínimos e uma considerável parcela está entre 1 a 2 salários mínimos (33%). Os(as) assistentes sociais também são trabalhadores assalariados e assim a precarização do trabalho também atinge esses trabalhadores, mesmo sendo uma mão de obra especializada. Em 2009, houve um Projeto de Lei nº 5278/2009, apresentado por Alice Portugal - PCdoB/BA, com a proposta de um salário base de R\$3700,00 para 30 horas semanais de trabalho, o que equivale a em média 3,5 salários mínimos. Entretanto esse projeto na época que foi proposto previa 8 salários

mínimos de R\$465. Contudo, hoje esse piso salarial de R\$3700,00 já seria considerado um salário defasado.

Em 2010 foi aprovada a Lei 12.317, que institui o teto de 30 horas semanais para os assistentes sociais sem o prejuízo no salário. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) (2020),

a Lei das 30 horas significou uma conquista histórica para o Serviço Social brasileiro, pois reconhece o grau de complexidade do exercício profissional de assistentes sociais junto à população nas inúmeras áreas que a categoria atua, embora até hoje haja empecilhos para a implementação e efetivação, inclusive o não reconhecimento de parte dos órgãos públicos.

Não coube a essa pesquisa aprofundar sobre o assunto sobre a precarização do trabalho dos assistentes sociais, entretanto compreende-se como uma realidade que está posta e que necessita de debates e lutas por melhores condições de trabalho e salariais pela categoria. Os dados da amostragem apontam para uma indicação positiva, de que a graduação em serviço social qualificou esses sujeitos para o mercado de trabalho, pois uma grande porcentagem já se inseriu no mercado como assistentes sociais. Entretanto, um dado significativo é que os salários desses/as assistentes sociais em sua grande maioria ínfimos, implicando na desvalorização da mão de obra dessas/es profissionais de nível superior.

## 2.4 Pós-graduação

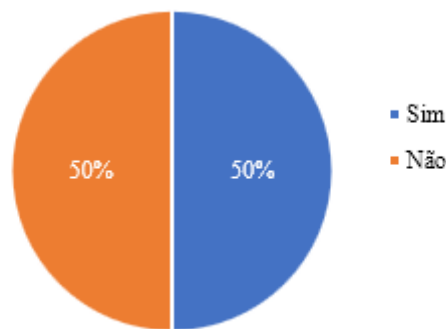
A criação da pós-graduação em serviço social da Ufsc foi um marco importante. Os cursos de pós-graduação são espaços de aprofundamento teórico, qualificação profissional e formação de pesquisadores e docentes. Como já citado anteriormente, o programa de pós-graduação da Ufsc foi implementado em 2001 e ampliado para o doutorado em 2011. A inserção do(a) estudante em programas da pós-graduação *stricto sensu*, forma e qualifica os profissionais para a pesquisa, para a docência, como também para a atuação profissional

Outro exemplo de pós-graduação, mas em nível *lato sensu* é o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde – Hospital Universitário/Ufsc, que foi criado em 2005, que além de assistentes sociais, também conta com outros profissionais da área da saúde: enfermagem, farmácia, psicologia, nutrição, odontologia, fonoaudiologia, fisioterapia e educação física. Em conformidade com a Portaria 45/2007 do MEC, esse tipo de pós-graduação tem como objetivo formar profissionais da área da saúde para atuar em equipe multiprofissional

conforme princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Essa especialização tem o valor definido pelo Governo Federal por meio da Portaria Interministerial nº1.077, de 12 de novembro de 2009 do MEC e Ministério da Saúde, atualmente fixada em R\$ 3.330,43.

Dessa forma, a pós-graduação é um espaço para continuação da formação, tanto no que diz respeito a especialização em áreas distintas, tanto para aprofundamento com pesquisas científicas. Assim, a pós-graduação na amostragem demonstra um espaço com alta inserção após a conclusão da graduação.

Figura 11- Egressos que estão cursando ou cursaram a pós-graduação



Fonte: Elaborado pela autora

Destes sujeitos, 67% cursam a modalidade *lato sensu* e 33% cursam a modalidade *stricto sensu*. Em relação às bolsas de estudos, 53% receberam as bolsas durante o curso e desses, 87,5% receberam de forma integral. As concedentes variaram Capes, MEC e CNPq. Esse dado evidencia também uma falta de bolsas para os cursos de pós-graduação, de forma semelhante à ausência de bolsas de estágio na graduação.

Na modalidade *lato sensu*, metade cursou/cursa residência e outra metade, especialização. Em questão da modalidade de ensino, 50% estudaram à distância e a outra metade de forma presencial. As instituições aos quais realizaram/realizam a pós-graduação *lato sensu* foram: Hospital Universitário (HU-Ufsc), Centro Universitário Leonardo da Vinci, Instituto Pedagógico de Minas Gerais, Uniasselvi, PUC-PR, UNIBF e Ufsc. Na modalidade *stricto sensu*, todas respostas foram de mestrado acadêmico, na área em serviço social, na modalidade presencial na Ufsc.

O perfil da amostra representa uma maioria de estudantes do sexo feminino e autodeclarados(as) brancos(as). Em relação às bolsas de estágio e da pós-graduação, percebe-se que a maioria não obteve esse auxílio para manutenção das questões materiais. Mesmo que a maioria dos(as) egressos(as) tenham recebido bolsas de estudos, como permanência,

Programa de educação tutorial, extensão e outras, o que chama a atenção é que 79% receberam as bolsas no período de 5 semestres ou menos, não contemplando todo o período de formação.

Após graduados(as), a maioria deles(as) já se inseriram no mercado de trabalho, sendo 76% destes(as) como assistentes sociais, o que é um dado significativamente importante, pois demonstra que a qualificação profissional por meio do ensino superior colaborou com o ingresso no mercado de trabalho. A pós-graduação também se demonstra como um espaço de procura após a graduação com 50% da amostra realizando pós-graduação nas modalidades *stricto sensu* e *lato sensu*. Com relação a modalidade *lato sensu*, percebe-se que metade foi mediante ao ensino à distância, demonstrando a crescente dessa modalidade.

Essa modalidade de ensino à distância configura a especialização quanto uma mercadoria na atualidade. O acesso à pós-graduação paga pode dificultar o acesso dos(as) assistentes sociais com baixos salários na busca por continuidade na formação. Dessa forma, a oferta de cursos de pós-graduação pelas universidades públicas é de suma importância, especialmente os de *lato sensu*.

No tocante à remuneração dos(as) profissionais que já atuam como assistentes sociais, os dados indicam que grande parte ganha salários baixos, demonstrando uma questão atual da categoria profissional, que luta por um teto salarial pelas 30 horas semanais trabalhadas. Essa luta como relatado acima resultou no projeto de Lei nº 5278/2009 que até hoje não foi aprovado, o que demonstra a crescente precarização do trabalho.

A questão do trabalho é muito presente na análise do perfil da amostragem. A falta de bolsa de estágio e na pós-graduação revelam uma preocupação dos estudantes para manutenção da vida econômica. Ao não ter acesso às bolsas, muitas vezes a inserção no mercado de trabalho é necessária, o que pode comprometer a qualidade dos estudos e/ou o atraso na formação ou até mesmo a evasão do curso. Principalmente os que trabalharam de forma integral, que foram quase 30%, demonstrando uma dupla jornada entre estudos e trabalho. Os dados evidenciam que a maioria dos(as) egressos(as) da amostragem levaram dez ou mais semestres para conclusão do curso, com destaque para menor número de concluintes no período noturno. As razões podem ser diversas, porém esses dados evidenciaram algumas questões pertinentes para reflexão sobre possíveis determinantes ou condicionantes de prolongamento do curso.

### **3 DIRETRIZES CURRICULARES E PROJETOS PEDAGÓGICOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC: ONDE SE SITUA O ENSINO DOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS?**

Na seção anterior foi abordado sobre a criação da faculdade de serviço social, bem como o processo de integração quanto um curso da Ufsc. Também foi apresentado com base na amostragem, o perfil dos(as) egressos(as), sobre a obtenção de bolsas durante a graduação, inserção no mercado de trabalho e pós-graduação.

O curso de serviço social passou por diversos processos de adequação e de discussões para elaboração dos projetos pedagógicos. Essas adequações levaram em consideração as avaliações, tanto por parte da Abepss, quanto pelo próprio DSS.

A seguir, será abordado, com base na análise documental das diretrizes gerais para o curso de serviço social da Abepss, do projeto político-pedagógico do Curso de serviço social da Ufsc de 1999.1 e do também do atual projeto pedagógico do curso de 2013.2, a dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas neste contexto, segundo esses documentos.

Com a compreensão do que se prevê nesses documentos, será analisado a configuração do ensino da dimensão técnico-operativa prevista no PPC de 2013.2, para assim apresentar a concepção dos instrumentos e técnicas apreendidas pelos sujeitos ao longo do curso.

#### **3.1 Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Abepss<sup>8</sup>**

Em dezembro de 1996 foi promulgada a Lei 9394 das Diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), trazendo diversas mudanças na educação brasileira, desde a educação básica, até o ensino superior. Um dos objetivos da LDBEN é a reestruturação dos currículos do ensino superior e a reformulação do Conselho nacional de educação, redefinindo as bases para criação de novas instituições de ensino superior, haja vista a expansão qualitativa à crescente demanda pelo ensino superior.

---

<sup>8</sup> A Abess foi criada em 1946, denominada de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Em 1996, a partir da discussão da classe, sobre a defesa do princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, e da necessidade de articulação entre a graduação e pós-graduação, acrescenta-se ao nome a pesquisa, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss.

Consequentemente propiciou a flexibilização do ensino, sendo um dos reflexos da privatização da educação superior foi a criação do ProUni e também do Fies, como já foi relatado na seção acima, coerente à ideologia neoliberal, principalmente no que tange à educação superior.

Os anos 1990 foram marcados por mudanças significativas na especialização do trabalho coletivo, na divisão de classes e a relação do Estado com as expressões da questão social, tendo em vista, a Convenção internacional de Washington, realizada em 1989, foi *recomendado* aos países da América Latina a “implantação das políticas neoliberais como condição para conceder “cooperação” financeira externa, bilateral ou multilateral” (NOVAES, 2008, p. 7). Cabe destacar alguns principais direcionamentos que influenciaram as políticas governamentais a partir dessa convenção:

Ajuste fiscal: o Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;  
 Redução do tamanho do Estado: limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com o enxugamento da máquina pública;  
 Privatização: o Estado vende empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais;  
 Abertura financeira: fim das restrições para que instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da presença do Estado no seguimento;  
 Desregulamentação: Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia. (NOVAES, 2008, p. 7)

Dentre as diversas consequências da expansão do neoliberalismo, destaca-se a abertura do capital às universidades, aprofundando o entendimento da educação quanto mercadoria. Ademais, no que tange à questão social, essas iniciativas do Estado brasileiro agravaram ainda mais o pauperismo, o desemprego e a crescente desproteção Estatal à população, com o avanço e retrocessos das políticas sociais reverberado até hoje. Dessa forma, para a expansão do ensino privado é

Fundamental a liberalização e desregulamentação do setor privado que tem encontrado facilidades para expandir por meio da adoção do Estado brasileiro de uma série de mecanismo, tais como: isenção tributária, isenção da contribuição previdenciária das filantrópicas, isenção do salário educação, financiamento de alunos carentes via programas focalizados como o Fies e o ProUni, empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias como o BNDES, dentre outras formas de estímulo. (ABEPSS, 2008, p. 14)

Neste contexto de diversos desafios, ocorre a formulação das propostas das diretrizes gerais da Abepss, conjecturando a necessidade de estabelecer um patamar comum para os

cursos de serviço social, buscando acompanhar as transformações da sociedade capitalista. Assim ocorreu uma mobilização com os docentes e discentes dos cursos de serviço social do Brasil, junto com o Cfess, bem como, com a Executiva nacional dos estudantes de serviço social (Enesso), para a elaboração de diretrizes universais, visando a formação de um profissional crítico, qualificado e atualizado.

Com o agravamento da questão social por consequência da ideologia neoliberalista, algumas concepções norteadoras foram elencadas, tendo em vista a compreensão da profissão quanto interventiva e investigativa perante expressões da questão social, que são agravadas pelas contradições da sociedade capitalista.

Entende-se a questão social no mesmo contexto da lei geral da acumulação capitalista e que como consequência afeta a classe trabalhadora. A acumulação capitalista prevê cada vez mais o lucro dos capitalistas e com o avanço da tecnologia, desenvolvem formas de acelerar a produção, empregando menos trabalho humano, dessa forma “reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social.” (IAMAMOTO, 2001, p.14)

Com a redução do trabalho humano necessário para a produção há uma crescente massa de trabalhadores inativos, “isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, mais além os incapacitados para a atividade produtiva.” (IAMAMOTO, 2001, p.14) Junto ao aumento de pessoas desempregadas, também há medidas com auxílio do Estado, através de leis trabalhista, resultando no aumento de carga horária, redução dos direitos trabalhistas e aumento significativo de trabalhadores informais.

Como consequência do processo de acumulação do capital, há a crescente do pauperismo, do desemprego e da desigualdade social, demonstrando que o avanço da acumulação do capital é o produtor e reproduzidor das expressões da questão social. No trato do Estado, a questão social passa por um processo de naturalização, ou seja, “*programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência aos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais.*” (IAMAMOTO, 2001, p. 17) Para o serviço social a questão social ganha centralidade, pois a classe profissional se posiciona na defesa dos direitos da classe trabalhadora e é contra a ideologia de culpabilização e repressão da pobreza.

Desta maneira, com esse pressuposto da questão social, as diretrizes formuladas servem como uma base para a elaboração dos currículos de cada instituição de ensino superior (IES) pressupondo uma formação profissional comum. Com essa base de ensino, cada IES têm

autonomia para elaboração de sua própria matriz curricular, favorecendo a flexibilidade para oferta de disciplinas, oficinas, seminários e atividades complementares.

As diretrizes curriculares também em um dos seus pressupostos norteadores, consideram que o “processo de trabalho do serviço social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (Abepss, 1996, p. 60).

Os princípios da formação profissional previstos nas diretrizes da Abepss (1996) preveem um rigor com o trato teórico, histórico e metodológico, tanto da própria profissão, quanto da realidade social, a partir da teoria social crítica, promovendo a apreensão da realidade na sua totalidade.

A proposta da elaboração das diretrizes buscou a desfragmentação das disciplinas e romper com o caráter formalista reduzido a matérias e disciplinas, visando uma melhor apreensão dos conteúdos quanto um todo, complementando e preconizando o caráter interdisciplinar. Assim, prevê que a relação teoria-prática deve ser um fator comum para os currículos dos cursos de serviço social.

Haja vista a formação de um profissional capacitado para formular respostas às demandas das expressões da questão social foram divididos o ensino em três núcleos de fundamentação, que são complementares um ao outro.

[...]expressam diferentes níveis de apreensão da realidade social e do trabalho profissional, agregando um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da questão social, de suas particularidades na sociedade brasileira e de seu enfrentamento no âmbito da intervenção profissional, agregando um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da questão social, de suas particularidades na sociedade brasileira e de seu enfrentamento no âmbito da intervenção profissional. (CARDOSO; DOI, 2017, p. 12)

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, segundo as diretrizes da Abepss (1996) objetiva uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O eixo central desse núcleo é a concepção do trabalho quanto o responsável pela reprodução da vida social do ser humano, o desenvolvimento da sociedade burguesa e as especificidades da divisão social do trabalho.

O segundo núcleo, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, irá aprofundar as questões culturais, sociais e históricas fundantes no Brasil,



correlacionando com o que foi ensinado sobre a sociedade burguesa, com o viés das especificidades do nosso país no desenvolvimento da sociedade capitalista, a correlação de forças na luta de classes e também as diferenciações de classe, gênero, etnias e raças, a partir de análises conjunturais.

Por último, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional trata das dimensões constitutivas do serviço social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tendo em vista a profissão como uma especialização do trabalho e considerando as expressões da questão social.

Dessa maneira, segundo as diretrizes da Abepss (1996, p. 12)

o fazer profissional articula os elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto.

Esse núcleo reforça o caráter da profissão quanto interventivo e comprometido eticamente, através da capacitação crítico-analítica, embasada nas particularidades institucionais ao qual o profissional estará inserido.

Compreender as particularidades do serviço social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. (ABEPSS, 1996, p. 13)

A compreensão do fazer profissional está intimamente ligada com a postura investigativa, atrelada ao modo de pensar na profissão. Sendo assim, a partir da concepção da acumulação capitalista quanto produtor e reproduzidor da questão social e suas expressões a finalidade da profissão está na intervenção nessa realidade, assim como apresenta Fraga (2010, p. 45)

O cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital versus trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades, como, por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais.

É nesse sentido que as diretrizes em seus princípios afirmam o serviço social como uma profissão interventiva e investigativa, no contexto capital x trabalho, com o enfoque na defesa da democracia, dos direitos e da autonomia dos sujeitos que as diretrizes. E será a partir da concepção de intervenção frente às expressões da questão social, que a profissão também se constitui quanto investigativa, pois para intervir na realidade o profissional precisa compreender, analisar e problematizar as diversas expressões da realidade, assim como Fraga (2010p, 46) conceitua a profissão

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa. Para que os estudos e pesquisas tenham utilidade social é fundamental, além da clareza do projeto ético-político construído coletivamente pela categoria, o domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, alicerçados pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalho, em qualquer espaço ou âmbito de atuação onde o assistente social o realize.

Levando em consideração o entendimento da questão social e do caráter interventivo e investigativo do serviço social, as diretrizes determinam quatro questões fundamentais: *o que fazer, como fazer, porquê fazer e para que fazer*. Essas questões revelam a importância da mediação das dimensões constitutivas do serviço social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Assim as diretrizes demonstram a importância da mediação das dimensões, sem privilegiar o aparato técnico, porém “imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos.” (Abepss, 1996, p. 14)

As propostas das diretrizes da Abepss, na busca da desfragmentação do currículo, pressupõem matérias que se desdobram em: disciplinas, seminários, oficinas, laboratórios e atividades complementares. As disciplinas são espaços de estudo de áreas de conhecimento, num período de carga horária específica. Os seminários são momentos de aprofundamento de algum tema, abordando e problematizando temas. As oficinas e laboratórios são espaços de vivência para aprofundamento de instrumentos e técnicas, através de diferentes linguagens. As atividades complementares são o conjunto de atividades de pesquisa e extensão, produção científica, monitoria e outros.

Também foram estabelecidas atividades indispensáveis integradoras nos currículos das IES: estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. Quanto à descrição da Abepss, o

estágio obrigatório, caracteriza-se como um momento de inserção num ambiente sócio institucional, com o objetivo de capacitação para o fazer profissional a partir da supervisão de um profissional do campo de estágio e docente. Também indica como referência que o estágio siga as recomendações da Lei 8662/93 (Lei de regulamentação da profissão) e do Código de ética do(a) assistente social (1993).

O trabalho de conclusão de curso é a exigência final para a obtenção do diploma da graduação em serviço social. Deve ser um trabalho investigativo, sistematizando uma indagação teórica, preferencialmente a partir da experiência de estágio. Ele é uma monografia científica com orientação de um(a) professor(a) e avaliada por banca examinadora. A carga horária mínima para graduação em serviço social foi instituída de 3000 horas com duração média do curso de 4 anos.

Em 1999 uma comissão de especialistas formulou uma proposta para ser aprovada pelo MEC e em 2002 uma nova versão modificada e reduzida foi aprovada através da resolução nº 15, de 13 de março de 2002, determinando as Diretrizes curriculares para os cursos de serviços sociais aprovada pelo MEC. A versão aprovada em 2002 sofreu com “descaracterização tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho profissional do assistente social” (MOTA, 2008, p. 98). Essas modificações alteraram aspectos importantes das propostas da Abepss, “descaracterizando aspectos fundamentais da proposta original.” (RAMOS, 2008, p. 150)

Assim, os documentos das propostas das diretrizes gerais para o curso de serviço social da Abepss de 1996 e 1999 são documentos mais extensos e completos, que apresentam diversas discussões e reflexões a respeito da formação em serviço social, servindo como referência importante à formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de serviço social no Brasil, em que pese a versão oficial e reduzida, aprovada pelo MEC em 2002.

Dessa maneira, os dois projetos pedagógicos do curso de graduação em serviço social da Ufsc que serão apresentados a seguir, tiveram como ponto de partida as discussões e indicações das diretrizes gerais da Abepss de 1996, como também as diretrizes aprovadas pelo MEC, para a elaboração dos planos pedagógicos de 1999 e o vigente, de 2013.

### **3.2 Projeto político-pedagógico do curso de graduação em serviço social da Ufsc de 1999.1**

Nesse mesmo contexto sócio histórico da elaboração das propostas da Abepss ocorreu a implementação do projeto político-pedagógico do curso de serviço social da Ufsc em 1999.1. O documento do PPP ressalta sobre o trato teórico em busca do pensamento filosófico crítico e à necessidade da intervenção nas expressões da questão social, a partir da fundamentação teórico-metodológica pelo viés da teoria crítica. Dessa maneira, o objetivo desse projeto era formar profissionais preparados para a criação de políticas sociais, para a defesa de direitos sociais, políticos, ambientais a partir do viés democrático e cidadão.

Segundo o PPP (1999, p. 4), “neste sentido, este projeto também é um instrumento para investigação, proposição e aperfeiçoamento do serviço social em suas diferentes dimensões”. O documento relata como preocupação a promoção da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, como também da graduação com a pós-graduação.

Com a integração definitiva do curso de serviço social à Ufsc em 1980, a coordenação de curso havia definido o viés da formação em serviço social:

[...] conhecer e compreender a realidade social, suas inter-relações conjunturais e estruturais, num processo histórico de transformação econômica, social, política e cultural. Refletir criticamente a construção teórico-metodológica do serviço social e contribuir para o avanço do saber profissional. Habilitar para o exercício profissional, no que se refere ao conhecimento e utilização do instrumental técnico operativo de intervenção. Propiciar o desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações sociais, baseadas na ética profissional. (COORDENADORIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1989, p.3 citado por PPP, 1999).

Então, durante esse período houve revisões em 1982, 1985 e uma revisão parcial em 1991, resultando no projeto implementado em 1999.1, em conformidade com a missão da Ufsc no art. 3 do seu Estatuto (1978)

de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

Sendo assim, o PPP de 1999 foi elaborado e aprovado antes da aprovação das diretrizes gerais pelo MEC. O texto do projeto destaca que deve haver uma constante avaliação do projeto. O resultado do projeto pedagógico de serviço social da Ufsc de 1999 foi possível a partir das diversas avaliações e discussões da elaboração das diretrizes gerais da Abepss e assim, prevê que esse projeto deve também ser constantemente avaliado durante a sua implementação.

O novo projeto reorganizou acadêmica e pedagogicamente a turma matutina já existente, como também implantou a nova turma noturna no mesmo ano. Em consonância com

as diretrizes gerais da Abepss, buscou-se com esse projeto pedagógico a desfragmentação das matérias e disciplinas, atentos, segundo o PPP (1991, p. 5)

ao compromisso estruturante com a sólida e crítica formação nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do assistente social, capaz de prepará-lo para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional.

O curso nesse momento era composto por 8 semestres letivos, numa duração de 3240 horas. A carga horária prevista para o estágio supervisionado era de no mínimo 450 horas, resultando em dois semestres de estágio obrigatório e o TCC era previsto em 72 horas, ou seja, um semestre. Em relação às disciplinas optativas, previa-se 72h de disciplina optativa exclusivamente no curso de serviço social e 144h de outras disciplinas, totalizando 216h e três disciplinas optativas.

Os núcleos de conteúdo das disciplinas obrigatórias seguem as recomendações das diretrizes gerais da Abepss, sendo composto pelos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esse último trabalha os elementos constitutivos da profissão quanto uma especialização do trabalho a partir da trajetória histórica, técnica, os componentes éticos, pesquisa, planejamento e o estágio supervisionado. Assim, a partir da compreensão da defesa dos direitos sociais, do atendimento da população e da ampliação das políticas sociais, presume-se a formação profissional capaz de implementar e construir estratégias e técnicas de intervenção na realidade.

Cabe no contexto dessa presente pesquisa dar enfoque à dimensão técnico-operativa tendo em vista o viés da indissociação das três dimensões constitutivas do serviço social, pois elas se diferem e se complementam entre si. Dessa forma, o objetivo do PPP referente a dimensão técnico-operativa era de viabilizar a aquisição do conjunto de habilidades e competências técnicas utilizadas pelo assistente social no desempenho pleno de suas funções profissionais (PPP, 1999).

Neste sentido, o quadro abaixo apresenta as disciplinas que previam o ensino dos instrumentais técnicos em suas ementas, segundo o PPP (1999):

Quadro 4 – Disciplinas técnico-operativas do currículo de 1999

<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Ementa</b>
Processos de trabalho no serviço social em movimentos sociais e conselhos de direito	36H	A (re) construção dos objetos de intervenção junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. A construção de objetivos e procedimentos de intervenção. A construção e o uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação

		profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Ação junto a Conselhos de Direitos e mecanismos de controle social.
Serviço social: movimentos sociais e conselhos de direitos	72H	Intervenção do serviço social junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. Objetivos e procedimentos de intervenção. Instrumentos técnico - operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação da ação profissional e seus resultados. Conselhos e mecanismos de controle social
Serviço social: instituições e organizações	72H	Intervenção do serviço social nos processos organizacionais. O uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria, supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado
Processos de trabalho no serviço social em instituições e organizações	72H	A (re) construção dos objetos de intervenção nos processos organizacionais. A construção e o uso de instrumentos técnicooperativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.
Processos de trabalho no serviço social: famílias e segmentos sociais vulneráveis	72H	A (re) construção objetos de intervenção nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Instrumentos para estudo e trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis: entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, encaminhamento, documentação. Processos interventivos com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Interrelações Sócio-Institucionais.
Instrumental Técnico-Operativo (OPTATIVA)	36H	Tipos de grupo. Grupos: pesquisa, formação e intervenção. Elementos participantes do Grupo. Dinâmica de grupos. Aspectos ideológicos no uso de instrumentos e técnicas Dialética dos grupos e das organizações.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do quadro acima, percebe-se que nesse currículo foi explicitada a intencionalidade de se abordar a dimensão técnico-operativa no processo de formação. No total da carga horária da graduação, 324 horas de disciplinas obrigatórias eram destinadas ao ensino do procedimental do serviço social. Entretanto, ao analisar as ementas, percebe-se que há uma dicotomia entre o ensino da prática e o ensino da teoria, pois essas disciplinas tratam especificadamente dos instrumentais técnicos na perspectiva de cada campo de trabalho.

Sendo assim, os próprios nomes das disciplinas indicam os processos de trabalho, ou seja, o ensino da prática profissional a parte, demonstrando certa fragilidade na interlocução entre o ensino teórico-prática, ao contrário de um dos pressupostos do próprio PPP (1999, p. 8)

teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas perpassam a formação profissional como pressupostos para a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e os aspectos focais da mesma, os quais se constituem em objetos de intervenção profissional.

Essa dicotomização no ensino da teoria-prática foi elencada no relatório final de pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social pela Abepss, que aponta como dificuldade das IES a “não junção da centralidade e transversalidade do ensino da prática no currículo” (RAMOS, 2008, p. 179). Nessa análise da Abepss, Ramos (2008, p. 161) diz que ao verificarem as disciplinas que tematizam o serviço social e processos de trabalhos na matriz curricular dos cursos de serviço social no Brasil, há uma tendência de dissociação entre as disciplinas de fundamentos teóricos, sinalizando a organização das disciplinas nas matrizes curriculares de forma que neguem o tratamento da unidade teoria-prática.

O PPP do curso de serviço social de 1999, passou processualmente por diferentes momentos e espaços de avaliações como : Fórum político pedagógico realizado em 2003/2004, a Semana de planejamento realizada em fevereiro de 2005, a Semana acadêmica realizada em maio de 2005 e as Atividades comemorativas ao mês do assistente social realizada no período de 15 a 26 de Maio de 2006; a Pesquisa de avaliação das diretrizes curriculares – promovida pela Abepss, datado de maio de 2006. Segundo o PPC (2013), em 2007 foi criada uma comissão de avaliação para elaboração da revisão curricular a partir desses espaços de avaliação mencionados, que culminaram na aprovação do projeto pedagógico do curso de graduação em serviço social da Ufsc em 2013.2.

Essas avaliações, que já eram planejadas na própria formulação do PPP de 1999, constataram algumas fragilidades no ensino da prática, também em relação à interdisciplinaridade, conforme o texto do PPC (2013, p. 7) apresenta como expectativa para a formulação do novo projeto pedagógico

A necessidade de superação do modelo didático-pedagógico tradicional; a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem em que o debate e o ensino da prática com a vivência de situações do trabalho profissional tivessem lugar de destaque; o constante compromisso e motivação dos sujeitos; a necessidade de um quadro conceitual (teórico-metodológico) mais bem definido e articulado, expresso nas ementas e programas das disciplinas, superando os chavões e a fragmentação do saber; e uma relação interdisciplinar mais estreita e direcionada aos objetivos e diretrizes do Curso, particularmente no que se refere às disciplinas lecionadas por outros departamentos. Está neste horizonte a ampliação dos projetos interdisciplinares com os demais cursos da Ufsc que envolvam ensino, pesquisa e extensão

Dessa maneira, a elaboração do projeto pedagógico de 2013.2 (vigente) contou com a avaliação e revisão curricular realizada em 2007. Em 2009, segundo o PPC, houve momentos importantes de avaliação, onde elencaram alguns indicativos de mudanças necessárias com os(as) docentes, discentes e de supervisores(as) de estágio, para compreender a expectativa de

apreensão pelos(as) estudantes acerca dos conteúdos. Houve a avaliação estudantil sobre a falta de assuntos contemporâneos, sugestões para articulação de conteúdos e sobreposição de conteúdos e outros aspectos. Então, após esses indicativos dos(as) discentes, outras avaliações se sucederam com os(as) professores(as) e supervisores(as) de estágios que convergiram em diversos aspectos necessários para mudança no currículo.

Em 2010 houve diversos seminários temáticos e o seminário geral de revisão curricular, também uma consultoria especialista em currículo no ensino superior com a Profa. Dra. Léa das Graças Camargos Anastasiou<sup>9</sup>. Também levou em consideração as análises da pesquisa: O período de vínculo formal dos alunos, perfil dos egressos e ingressantes do curso de serviço social da Ufsc (2011), realizada pelas professoras Tânia Regina Krüger e Simone Sobral Sampaio. Outra pesquisa que subsidiou a formulação do projeto pedagógico foi: Perfil Sociocultural do Estudante do Curso, pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do serviço social, no primeiro semestre de 2010.

O ano de 2011 também contou com diversas atividades de avaliação para definição das ementas das disciplinas para desenhar a nova matriz curricular e visitas aos diversos departamentos que oferecem disciplinas obrigatórias no curso para alinhamento das disciplinas. Assim, em 2012 foi contratada uma assessoria para sistematização de todos os dados e resultados das discussões, para assim o projeto pedagógico ser aprovado pelo colegiado de curso do serviço social e demais instâncias da Ufsc e implementado a partir de 2013.2.

### **3.3 Projeto pedagógico do curso de graduação em serviço social da Ufsc de 2013.2**

Após os diversos espaços de discussão, planejamento e formulação da nova matriz curricular, o novo PPC entrou em vigência no ano de 2013 no segundo semestre. Com a nova matriz curricular, buscou-se superar as fragilidades do currículo anterior em relação à fragmentação do saber, a dicotomia do ensino da prática e o ensino teórico. Ademais, objetivou-se uma relação interdisciplinar mais consonante com as diretrizes gerais da Abepss através de

---

<sup>9</sup> Professora aposentada pela Universidade Federal do Paraná. Formada em pedagogia pela Universidade de São Paulo (1975), com especialização em Tecnologia Aplicada ao Ensino Superior e Psicodrama Pedagógico, mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1990), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997) e pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2002). Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3725986254126181>



formulações de estratégias para a ampliação dos projetos interdisciplinares envolvendo o ensino, a pesquisa e extensão.

Algumas mudanças significativas ocorreram na nova matriz curricular, aumentando a carga horária e número de disciplinas de fundamentos históricos, teóricos-metodológicos do serviço social, para três semestres; ampliação da disciplina de pesquisa para dois semestres e ampliação do estágio obrigatório supervisionado para três semestres. Também houve o aumento da carga horária para elaboração do TCC com a oferta de disciplinas para esse fim em dois semestres.

Assim, pelo acúmulo das análises, chegou-se à conclusão que deveria haver mais elementos pedagógicos que propiciassem o processo de ensino aprendizagem da relação teórico-prática, o que resultou em oficinas, além do já mencionado acréscimo de um semestre de estágio na matriz curricular. Como resultado a formação passou de 3000h para 3600h e de 8 semestres para 9 semestres mínimos de formação, tendo em vista a adequação à hora/aula de 50 minutos. As disciplinas optativas passaram de 216h para 288h, resultando no aumento de 3 disciplinas para 4 disciplinas optativas no atual projeto, podendo ser realizadas em sua totalidade nos demais cursos da Ufsc.

Assim como o projeto pedagógico de 1999, o atual PPP (2013.2) também se norteia pelas diretrizes curriculares da Abepss, na organização dos conteúdos curriculares, considerando os três núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional,

Seguindo os pressupostos das diretrizes da Abepss, o atual PPC também considera a formação profissional a partir do entendimento quanto uma profissão interventiva nas manifestações da questão social, também considera as mudanças da sociedade capitalista, bem como o agravamento das expressões da questão social e o aumento das demandas societárias.

D) a dimensão interventiva da profissão, nas suas inter-relações nos processos de exclusão cultural, social, política, econômica e ambiental; II) e as manifestações da questão social, no âmbito das transformações advindas pelo reordenamento do capital e do trabalho, consequência do processo de reestruturação produtiva e das amplas inovações informacionais e tecnológicas na sociedade contemporânea (PPP, 2013, p. 36)

Sendo assim, a partir desses pressupostos o PPP busca uma formação que perpassa a teoria, o método e a história, buscando a compreensão do movimento histórico e da realidade,

pretendendo não restringir a formação em matérias e disciplinas e sim na formação profissional constante com o conjunto de conhecimentos indissociáveis. Nesse sentido, a matriz curricular busca formar profissionais capacitados, numa formação que possibilite:

- I - apreensão crítica do processo histórico;
- II - investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do serviço social no País;
- III - apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- IV - apreensão das expressões da questão social e das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao serviço social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas;
- V - exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão (Lei Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 7/7/1993, e Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993) (Projeto pedagógico do curso de serviço social da Ufsc, 2013, p. 37.)

Como o objetivo dessa pesquisa é a análise dos instrumentos e técnicas a partir do atual PPC, será dado ênfase sobre a relação da dimensão técnico-operativa segundo esse documento. Dentre os objetivos do atual PPC (2013, p.38) se destacam:

- possibilitar a aquisição do conjunto de competências e habilidades, com base na análise das expressões da questão social nos diversos espaços sócio ocupacionais, para o exercício profissional;
- articular conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionados às demandas e necessidades sociais para a formulação de respostas profissionais.

Assim, segundo o PPC, enfatiza-se o objetivo de desfragmentar o conhecimento, conforme um dos objetivos da formação profissional que enfatiza articulação dos conhecimentos. Com relação às competências e habilidades na formação da graduação, o PPC (2013, p. 39) aborda que

Requer o domínio e o manejo das técnicas para elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área social, mas também da dinâmica de organização, planejamento e administração de benefícios e serviços (realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de serviço social), articulando a especificidade profissional e a interação com equipes interdisciplinares, associadas às estratégias de socialização das informações institucionais e orientação à população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos. (PPC, 2013, p. 39.)

Segundo os objetivos do atual PPC, a matriz curricular prevê preparar os futuros assistentes sociais para terem a habilidade de domínio e manejo das técnicas de forma estratégica e que propiciem um atendimento à população com o intuito de defesa dos seus direitos. Também segundo os objetivos do PPC elencados acima, os componentes pedagógicos

devem propiciar o ensino da competência de mediação das três dimensões constitutivas da profissão, para que assim, os(as) assistentes sociais consigam formular respostas profissionais estratégicas que requerem o “domínio dos recursos gerenciais, informacionais, operacionais e orçamentários presentes na instituição, que envolvem o exercício profissional concretamente.” (PPC, 2013, p. 39)

No que tange as disciplinas que relacionam a dimensão técnico-operativa, bem como os instrumentos e técnicas, há apenas três que citam em suas ementas, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Disciplinas técnico-operativas do currículo de 2013

Nome da disciplina	Carga horária	Ementa
Instrumentalidade e competências profissionais em serviço social	72H	Instrumentalidade, competências e intervenção profissional. As perspectivas teóricas e metodológicas na construção dos instrumentos de intervenção. Instrumentos e técnicas nos diferentes espaços de atuação profissional.
Supervisão acadêmica de estágio obrigatório I	72H	Reconhecimento e análise do espaço sócio-ocupacional. O assistente social como trabalhador assalariado. Mercado de trabalho e as condições de trabalho. Conhecimento do exercício profissional e suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Orientação para elaboração de plano de estágio.
Supervisão acadêmica de estágio obrigatório II	72H	O exercício profissional, as demandas, os serviços oferecidos, a interface com as políticas setoriais e o modelo de gestão institucional. Problemática e orientação do exercício profissional em face do Projeto Ético Político profissional. Orientação para elaboração de projeto de intervenção profissional.
Supervisão acadêmica de estágio obrigatório III	72H	Orientação e avaliação da experiência de estágio. Proposição de alternativas à intervenção profissional e proposição de alternativas. Exercício profissional e supervisão de estágio. Elaboração de relatório final de estágio.
Gestão e planejamento em serviço social i	72H	Planejamento social e a relação público/privado/filantropico na história do Estado e da sociedade brasileira. Metodologias de planejamento. Planejamento de políticas sociais e instrumentos de gestão. Planos Plurianuais e Relatórios de Gestão das políticas sociais. Projetos sociais no terceiro setor e das empresas. Elaboração de um projeto social. Funções, atribuições e competências dos assistentes sociais no planejamento nas esferas pública e privada.

Fonte: Elaborado pela autora

Em comparação ao currículo anterior de 1999, há menos disciplinas que refletem explicitamente a dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas na ação profissional. Ao verificar o currículo anterior, percebe-se que havia cinco disciplinas que tratavam dos instrumentos e técnicas em suas ementas e mais uma opção de matéria optativa, em contrapartida no currículo atual há 3 matérias que tratam da dimensão técnico-operativa na ementa. As disciplinas de supervisão de estágio II e III tratam de forma indireta os instrumentos, quando estão evidenciando o exercício profissional. No semestre de 2020.1 foi disponibilizada

a matéria optativa Tópicos especiais em serviço social III com a temática: Instrumentos e técnicas no trabalho do(a) assistente social.

Não se trata de trazer o debate para a questão quantitativa. Entende-se que o PPC buscou a superação do modelo anterior, ou seja, superar o tratamento teórico prático de forma fragmentada. Contudo, verifica-se que não há explicitação nas ementas dos conteúdos voltados aos instrumentos e técnicas da profissão ou dimensão técnico-operativa.

Pode-se considerar este aspecto um possível indicativo de distanciamento desse tipo de conhecimento, também necessário para a intervenção profissional. A prática profissional, conforme o PPC, prevê a formação interdisciplinar e integrada dos conteúdos, objetivando assegurar uma formação sólida e crítica para o desenvolvimento das competências profissionais, na intervenção das expressões da questão social presentes na sociedade.

A noção de uma formação de caráter teórico-prático é um grande desafio ao pensarmos a forma como as disciplinas incorporarão a discussão da intervenção profissional em sua transversalidade, assim como, a dimensão investigativa e a ética. Tal apreensão, no entanto, não descarta a necessidade do tratamento de elementos específicos do cotidiano do trabalho profissional em disciplinas específicas, bem como, em nosso entender, não suprime a necessária discussão e ensino da apropriação de instrumentos e técnicas que compõe o conjunto de atividades demandadas ao assistente social em seu cotidiano. (CARDOSO; DOI, 2017, p. 53)

Uma possível problemática ao não relacionar a dimensão técnico-operativa, bem como os instrumentos e técnicas da atuação profissional é deixar de lado o ensino da mediação teoria prática enquanto uma unidade. De acordo com Santos (2006, p. 81), não haver indicação dos instrumentos e técnicas nas ementas das disciplinas é uma questão a ser discutida

No que se refere às ementas, elas são, por natureza, sumarizadas. O detalhamento deve estar contido nos programas das disciplinas e demais componentes curriculares. Assim, são os programas das disciplinas – construídos a partir das ementas – que poderão evidenciar como os instrumentos e técnicas vêm sendo tratados nos cursos de serviço social. Se as ementas não oferecerem, minimamente, uma direção, a questão continuará sendo ministrada de acordo com o discernimento pessoal de cada docente, ficando, até mesmo, ausente.

Neste sentido, mesmo objetivando um ensino que não diferencie o ensino teórico e o ensino da prática, atentando ao princípio interventivo e investigativo da profissão, as disciplinas que tratam de elementos específicos do cotidiano profissional são necessárias. Mas para além dessas, é indispensável outros momentos de apreensão e discussão sobre os instrumentos e técnicas no fazer profissional. A supervisão de estágio e o próprio momento do estágio, conforme a ementa da disciplina de supervisão de estágio I, são espaços de apropriação dos estudantes de compreensão de *o que* e *como* fazer, mediando a teoria, a metodologia, a ética e

a compreensão do significado da profissão na divisão técnica do trabalho, que embasam o *porquê* fazer e *para que* fazer.

Em concordância com Santos (2006, p. 82) “o currículo não pode prescindir de disciplinas que tratem da habilitação para o manuseio dos instrumentos e técnicas no serviço social em conjugação com o debate filosófico, teórico, político e ético.” Dessa forma, a dimensão técnico-operativa e conseqüentemente os instrumentos e técnicas devem integrar os conhecimentos estudados no conjunto de disciplinas dos núcleos de ensino, não devendo, portanto, restringir-se ao conteúdo de poucas disciplinas ou apenas o estágio supervisionado.

Também deve haver a compreensão de que o conhecimento teórico também se revela como um instrumento na intervenção, pois somente a partir do entendimento da totalidade é que se poderá escolher os instrumentos e técnicas necessários para atingir os objetivos necessários para a intervenção.

Com os conhecimentos ético-políticos compreende-se a direção social da ação, já os conhecimentos teóricos-metodológicos irão sustentar a análise e a intervenção, explicitando a intencionalidade no fazer profissional. Conseqüentemente, a prática dos conhecimentos éticos-políticos e teóricos-metodológicos se dá na operacionalização das ações refletindo a dimensão técnico-operativa.<sup>10</sup>

Dito isso, com a compreensão de que apenas os instrumentos e técnicas, isoladamente, não são capazes de garantir uma ação profissional baseada na garantia dos direitos da classe trabalhadora, ainda assim, os instrumentos e técnicas são de grande importância para qualificar o processo de formação de novos profissionais. Acredita-se que um profissional embasado teórica e metodologicamente será capaz de forma consciente fazer escolhas em prol da garantia de direitos, porém, para isso deve haver também subsídio no ensino de instrumentos e técnicas para dar sustentação para a ação profissional.

Conforme as diretrizes, a transversalidade das disciplinas e dos conhecimentos entre si, revela um desafio para a elaboração dos projetos pedagógicos das IES. Com enfoque na problemática do ensino dos instrumentos e técnicas, conforme Cardoso e Doi (2017, p. 57), uma das reflexões a serem feitas no ensino seria “realizar a discussão da dimensão técnico-operativa nas diferentes disciplinas, propiciando o contato dos estudantes com os instrumentos e técnicas comuns ao cotidiano profissional”, logo seria estimulado a desfragmentação das

---

<sup>10</sup> Na próxima seção será aprofundado sobre a dimensão técnico-operativa, instrumentalidade e instrumentos e técnicas para o serviço social.

disciplinas, visando romper com o caráter formalista reduzido a matérias e disciplinas, colaborando com uma melhor apreensão dos conteúdos quanto um todo e estimulando o entendimento da teoria e prática quanto unidade.

Não obstante às reflexões acima, considera-se que o projeto pedagógico do curso de serviço social da Ufsc de 2013.2 representa muitos avanços na perspectiva da busca de uma formação crítica, com base teórica e com estímulo da pesquisa e da melhoria da escrita científica demonstrado pela expansão da disciplina de pesquisa I e II, como também na abertura de uma oficina de produção textual na matriz curricular. Ademais, ampliou a disciplina de fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão para três semestres, contribuindo para construção do entendimento da história e trajetória da profissão com as mudanças da sociedade capitalista.

Outro aspecto importante é a intencionalidade expressa de privilegiar a relação teórico-prática a partir de espaços de oficinas na matriz curricular e com o aumento de dois semestres de estágio supervisionado obrigatório para três semestres. Assim buscou também reforçar o aprimoramento no processo de síntese do ensino da graduação, promovendo um momento maior de compreensão da totalidade da profissão com aumento da produção do TCC para dois semestres e também a inclusão da disciplina: Serviço social e desafios profissionais contemporâneos, demonstrando uma abordagem nova e preocupada com a síntese do ensino.

Assim, conforme as diretrizes da Abepss, o serviço social se constitui quanto uma profissão que intervém diretamente nas expressões da questão social e intervir de forma consciente e comprometida com a ética profissional só é possível com o ensino das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Além disso são necessárias certas habilidades para materializar as reflexões em ações que sejam compatíveis com elas, pois

se os profissionais apenas refletirem sobre o que lhes é demandado, sem contar com as habilidades necessárias para materializar suas reflexões em ações que sejam compatíveis com elas, os mesmos acabam por não realizar as suas competências, deixando de responder às demandas que lhes são postas.(CARDOSO; DOI, 2017)

Porém, além da compreensão de que o trabalho profissional não se resume a instrumentos e técnicas, é importante o aporte técnico para embasar as ações profissionais. Assim como qualquer trabalho, o serviço social também utiliza meios para alcançar o resultado planejado. É a habilidade adquirida com os diversos conhecimentos que propiciará o uso

consciente e estratégico dos instrumentos e técnicas. O ensino prático da utilização dos instrumentos e técnicas é capaz de qualificar a síntese desses conhecimentos.

Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996 citado por ABEPSS, 1996, p.12)

Contudo, os contextos históricos do avanço do neoliberalismo, expressas nas recomendações do Consenso de Washington (1985) e as consequências do agravamento das expressões da questão social, refletem nas dificuldades que perpassam o ensino público. Essa realidade não está descolada dos desafios em que o serviço social se encontra de pôr em prática os objetivos da formação profissional.

Na próxima seção será abordada a perspectiva dos estudantes que responderam o questionário com a análise do que é proposto no projeto pedagógico atual. Pretende-se refletir acerca da apreensão dos egressos concluintes sobre o aprendizado dos instrumentos e técnicas na sua formação. Também será aprofundado os conceitos de instrumentalidade e os instrumentos e técnicas.

## **4 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA E INSTRUMENTOS E TÉCNICAS: PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS**

Com base no que foi apresentado sobre os documentos das diretrizes curriculares da Abepss de 1996 e os projetos pedagógicos de 1999 e de 2013 do curso de serviço social da Ufsc, a presente seção apresentará o debate da categoria sobre a dimensão técnico-operativa a partir da literatura do serviço social.

Além disso, alicerçado na pesquisa documental, será feito o diálogo com as respostas obtidas no questionário submetido aos egressos, sobre a dimensão técnico-operativa, bem como a compreensão sobre o ensino nos instrumentos e técnicas a partir dos componentes pedagógicos na forma que está organizada a atual matriz curricular do curso de serviço social da Ufsc.

### **4.1 A dimensão técnico-operativa: debates da categoria**

Conforme já foi apresentado, entende-se, a partir da proposta das Diretrizes gerais para os cursos de serviço social da Abepss, o trabalho profissional do serviço social enquanto uma totalidade envolvendo as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Embora cada dimensão tenha a sua particularidade e seus elementos distintos, elas mantêm uma relação de unidade entre si, assim como afirma Guerra (2012, p.46), “consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto explicam e se determinam entre si”.

Assim, as três dimensões dão suporte para a atuação profissional e para enfrentar os desafios que o assistente social terá no campo de atuação. É a apreensão destas três dimensões que dará amparo para o entendimento da função social do serviço social na divisão técnica no trabalho que se expressa no seu exercício profissional como uma profissão formativa, investigativa e interventiva.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.13)



Será a partir da apreensão da forma de pensar dos assistentes sociais e o entendimento dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão que será traduzida a instrumentalidade da profissão, ou seja, o modo de fazer, ou o *como fazer*, diante das demandas apresentadas ao profissional. Assim como afirma Guerra (2000, p.2), “a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais”. Dessa forma, a articulação das dimensões, tendo em vista a particularidade de cada uma, fomenta a compreensão necessária para a habilidade profissional de dar respostas criativas, coerentes e éticas às expressões da questão social.

Isto posto, compreende-se que a partir da mediação das três dimensões será possível a elaboração de estratégias e escolhas de instrumentos e técnicas de intervenção a partir das quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. São os referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos que irão nortear as questões do porquê e para que fazer determinada ação, enquanto o aparato técnico-operativo, a partir das respostas das outras questões, irá direcionar a ação, dando resposta a *o que fazer e como fazer*.

[...] a definição sobre *o que fazer e como fazer* tem que ser articulada ao *por que fazer* (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao *para que fazer* (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao *com o que fazer* (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema(s) de mediações. (GUERRA, 2012, p. 49)

Sendo assim, a profissão, como qualquer trabalho, utiliza-se de meios para obtenção dos resultados objetivados, como afirma Trindade (2001, p.5) “os instrumentos de trabalho se desenvolvem como meios materiais que possibilitam transformar o objeto”. Diferente dos instrumentos utilizados na produção material, como é o caso do serviço social, os instrumentos de trabalho que mediam a regulação das relações sociais irão intervir em objetos que não são concretos.

Os aspectos relativos à relação subjetividade/objetividade são muito mais decisivos, já que os resultados almejados se referem à mudança na consciência de outras pessoas, na mudança de seus comportamentos. A mediação se realiza menos pela eficiência da configuração e organização da técnica, do que pela postura e atitude do sujeito que age. Daí, porque, esses instrumentos e técnicas sociais só adquirem conteúdo à medida que são postos em movimento pela subjetividade. O alcance dos resultados pretendidos é muito mais incerto, o leque de alternativas é muito maior, e as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento da atividade e dos resultados é muito menor. (TRINDADE, 2001, p. 5)

Assim, a instrumentalidade para o serviço social se traduz como uma capacidade da própria profissão de transformar a intencionalidade em respostas profissionais. Em consonância com Guerra (2002), essa é uma capacidade adquirida ao longo da profissão, a partir das modificações, transformações e alterações na vida subjetiva e objetiva e nas relações interpessoais e sociais. São esses movimentos da própria profissão que modificam os meios, ou seja, os instrumentos, transformando e aprimorando-os para alcançar os objetivos da profissão. Dessa forma, a partir da intencionalidade e aprimoramento dos instrumentos, os assistentes sociais dão instrumentalidade as suas ações.

[...]a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. Aqui, a instrumentalidade sendo uma particularidade e como tal, campo de mediação, é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. Da cultura profissional os assistentes sociais recolhem e na instrumentalidade constroem os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação. (GUERRA, 2000, p. 12)

Cabe situar a discussão de Guerra (2000) a respeito dos três níveis da instrumentalidade frente às políticas sociais, conforme a trajetória sócio-histórica da profissão<sup>11</sup>. No primeiro momento as respostas profissionais revelavam o caráter tecnicista, imediatista, ou seja, ações resumidas às respostas instrumentais as demandas do projeto burguês. A estratégia do Estado é de controle social frente as demandas das expressões da questão social a partir da criação das políticas sociais e dessa forma o serviço social, através de ações instrumentais servia como meio para operacionalização dessas políticas, assim reproduzindo as relações capitalistas de produção.

Outro aspecto é que a partir do aumento das demandas da classe trabalhadora, o serviço social passa a ter a necessidade de atualização das respostas profissionais. Nesse momento há um reconhecimento da categoria quanto uma profissão que atua nas políticas sociais, sociais, através da mediação das demandas e das respostas do Estado. Nesse sentido, é requisitado à profissão executar, operacionalizar e implementar as políticas sociais.

---

<sup>11</sup> Para aprofundar sobre os momentos sócio históricos da profissão frente ao uso dos instrumentos e técnicas, indica-se a leitura do artigo: TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2001. Também, de forma mais detalhada e aprofundada a tese de doutorado: Santos, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

A necessidade de dar respostas imediatas, acabam gerando a padronização dos instrumentos a cada demanda, assim a intervenção profissional junto as demandas sociais se tornam mais técnica do que interventiva. Esses dois níveis tratam as respostas profissionais de forma fragmentada e imediatista, levando em consideração a aparência, “abstraídas de mediações subjetivas e universalizantes (referenciais teóricos, éticos, políticos, sócio profissionais, tais como os valores coletivos) estas respostas tendem a perceber as situações sociais como problemáticas individuais” (GUERRA, 2002, p.10).

Ainda em consonância com Guerra (2002), o terceiro nível da instrumentalidade é o da mediação. Isso quer dizer que a instrumentalidade não deve ter um fim em si mesma, ou seja, a resposta da instrumentalidade deve ser baseada em referências teóricas, tendo em vista a compreensão da realidade em sua totalidade e não na aparência imediatista. Isso quer dizer que, a instrumentalidade é uma capacidade (meio) que articula as dimensões constitutivas do serviço social, assim qualificando e possibilitando as respostas profissionais.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos. (GUERRA, 2002, p.11)

Sendo assim, os instrumentos e técnicas não devem ser considerados como únicos elementos fundamentais da atuação profissional, pois se não houver uma direção social, ou seja, uma intencionalidade, eles (instrumentos e técnicas) não irão sustentar por si só uma resposta competente e coerente com o compromisso ético da profissão. Nessa perspectiva não há “qualquer possibilidade de autonomia do instrumental, pois ele também compõe o projeto profissional, como elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional.” (TRINDADE, 2002, p.8)

Ainda nesse sentido, cabe salientar que a discussão da dimensão técnico-operativa do serviço social, essa não se resume a instrumentos e técnicas. Para além dos instrumentos e técnicas, a dimensão técnico-operativa inclui também

o conjunto das ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando à consecução de uma determinada finalidade [...], portanto, estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p.27)

Daí se conclui que quando a dimensão técnico-operativa é resumida aos instrumentos e técnicas, torna-se a resposta profissional imediatista, individualizada, dotada de um perfil fiscalizador, em consonância com a racionalidade burguesa.

Desta maneira, o debate da presente pesquisa afirma que a direção do uso dos instrumentos e técnicas deve ser dar mediante a uma intencionalidade no fazer profissional, a partir da orientação das dimensões ético-política e teórico-metodológica. Assim, de acordo com Santos, Souza Filho e Backx (2012, p.29) “lançar mão do instrumental técnico-operativo, sem entender o conjunto de mediações necessárias faz com que a “resposta” profissional fique aquém das possibilidades de uma ação consciente, crítica e competente”.

Após a compreensão de que os instrumentos e técnicas por si só não são capazes de fomentar uma resposta profissional consciente, crítica e competente, cabe também apresentar a importância do seu uso. Na discussão de Santos, Souza Filho e Backx (2012, p.29) os instrumentos e técnicas são “elementos que efetivam tanto as finalidades como a direção social das ações predefinidas pelos profissionais”. Ou seja, é a forma de aparecer da profissão, será a partir do manejo desses instrumentos e técnicas que o profissional colocará em movimento as demais dimensões da profissão.

Apesar do reconhecimento de que as dimensões só existem em relação umas às outras, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. Ela encontra-se carregada das representações sociais da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do constituído, e em outras constitui a dimensão do novo. (GUERRA, 2012, p.46)

Os debates atuais da categoria, também são sintetizados na coletânea: A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Essa coletânea reuniu as principais discussões do simpósio realizado em 2009, na Universidade de Juiz de Fora, intitulado: A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos na formação do assistente social frente aos padrões de proteção social. Nessa coletânea os(as) autores(as) abordam a importância do estudo e debate da categoria a respeito dessa dimensão e dos instrumentos e técnicas da profissão.

Há também a problematização de que a categoria profissional tem negligenciado esse debate, como também nas produções acadêmicas e na própria formação profissional. Em concordância com Guerra (2012), o melhor caminho para superação do tradicionalismo no

serviço social é o debate e o questionamento das possibilidades e os limites da dimensão técnico-operativa a partir das atribuições e também das competências do(as) assistentes sociais.

Na mesma linha de pensamento, promover o debate sobre o uso dos instrumentos e técnicas, bem como o ensino desses na formação profissional, não retoma necessariamente o tradicionalismo do serviço social, bem como não privilegia a dimensão técnico-operativa frente às demais. Como foi dito, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, ou seja, é uma qualificação necessária para um profissional competente na busca de estratégias de atuação frente às expressões da questão social. Concordando com Guerra (2012, p.69)

Ao negligenciar a técnica e não dimensionar adequadamente o lugar, o papel e o alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político da profissional, corre-se o risco de o assistente social não realizar as suas competências, de não responder às demandas que a sociedade lhe coloca por absoluta falta de conhecimento dos meios e mediações a serem mobilizadas para tal.

Para adentrar à apreensão dos(as) egressos(as) que responderam o questionário, é importante enfatizar o entendimento de técnica e instrumentos, tendo a técnica no sentido criativo e não como um manual de como agir em detrimento de cada situação e os instrumentos enquanto meio para alcançar os objetivos traçados. Assim como afirma Sarmiento (2012, p.116)

“[...]os *instrumentos* se constituem e se apresentam como potencializadores das intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação, e as *técnicas* se constituem nas maneiras através das quais ele conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades”.

A partir da concepção do autor sobre os instrumentos e técnicas, como também as demais discussões apresentadas acima, na subseção seguinte, será analisado a avaliação e a compreensão dos(as) egressos(as) a respeito da dimensão técnico-operativa no processo de formação na graduação em serviço social na Ufsc.

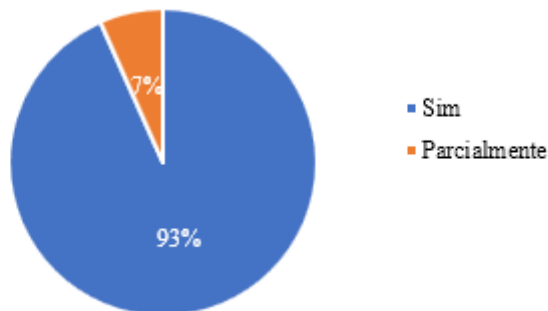
#### **4.2 A apreensão da dimensão técnico-operativa pelos(as) egressos(as) concluintes do curso de serviço social da Ufsc**

Na subseção acima buscou-se apresentar o debate da categoria a respeito da dimensão técnico-operativa, a instrumentalidade da profissão bem como a concepção de instrumentos e técnicas em si. Dessa maneira, a partir das respostas do questionário elaborado através do

*Google Forms*, já mencionado anteriormente, se buscará discutir os aspectos elencados a partir das respostas obtidas no diálogo com a literatura do serviço social sobre o assunto.

Primeiramente, no quesito do ensino-aprendizagem, foi perguntado se esses(as) egressos(as) tiveram conhecimento do projeto pedagógico do curso, para assim compreender a partir de qual referencial de ensino esses graduados responderam às demais perguntas.

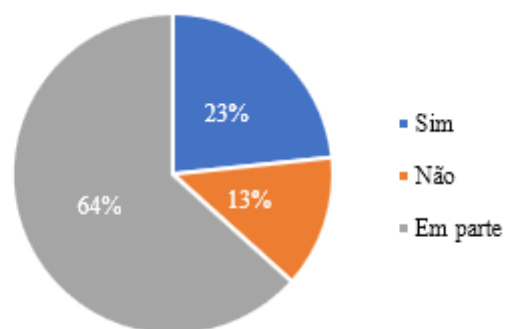
Figura 12 - Conhecimento do projeto pedagógico do curso



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a figura, observou-se que a maioria absoluta teve conhecimento do projeto pedagógico do curso. Nenhum sujeito respondeu não a essa pergunta, assim presume-se que as respostas às perguntas seguintes foram respondidas com base nos objetivos propostos pelo projeto pedagógico.

Figura 13 – Percepção dos sujeitos sobre o desenvolvimento dos conteúdos programáticos acerca dos instrumentos e técnicas



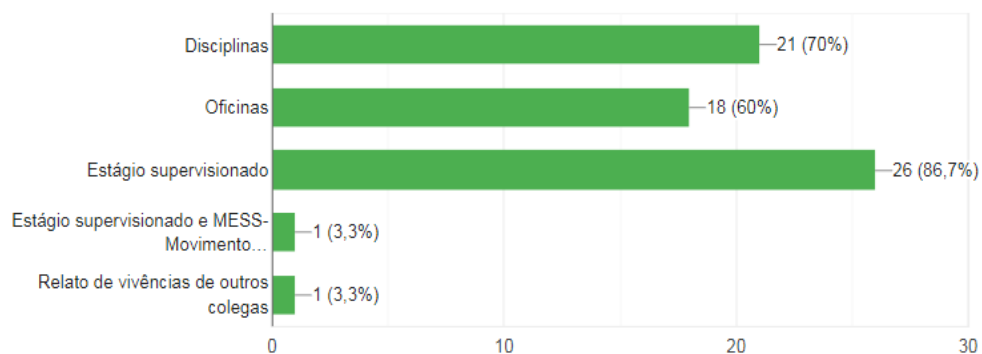
Fonte: Elaborado pela autora

A maioria da amostra considerou que o ensino dos instrumentos e técnicas de atuação dos assistentes sociais foi parcialmente desenvolvido. Ainda contamos com uma parcela considerável de sujeitos que acham que o ensino dos instrumentos e técnicas na forma organizada na matriz curricular foram suficientemente desenvolvidos. Mesmo assim, ainda

houve algumas respostas negativas, respondendo que os conteúdos não foram satisfatoriamente desenvolvidos.

Para melhor compreensão dessa resposta, outras perguntas também foram feitas com intuito de aprofundar e buscar entender a quais elementos pedagógicos esses estudantes atribuem o que aprenderam sobre o aparato técnico da profissão. Outro aspecto importante para problematizar essa apreensão é compreender qual o conceito, ou melhor, o significado de instrumentos e técnicas para esses estudantes.

Figura 14 - Elementos pedagógicos na aprendizagem dos instrumentos e técnicas



Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se, a partir das respostas de múltipla escolha, que a maioria dos estudantes atribuem ao estágio como o elemento pedagógico que mais significativamente propiciou a apreensão dos instrumentos e técnicas, após há atribuição às disciplinas e oficinas. O movimento estudantil também foi referenciado quanto espaço de aprendizagem dos instrumentos e técnicas e também o relato de vivências de outros colegas, conforme relato:

*é muito rico compartilhar as experiências, mesmo que não estivéssemos inseridos em todos os campos de estágio, conseguimos entender a dinâmica de trabalho através do relato dos colegas.”(sujeito 9)<sup>12</sup>*

O estágio, conforme as diretrizes gerais da Abepss (1996, p.19) “é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional”. Portanto, o estágio é um espaço privilegiado que propicia a relação teoria-prática, embora não deva ser o único componente pedagógico que propicie o ensino da prática.

Conforme Caputi (2016, p. 393), o estágio

<sup>12</sup> Pelo sigilo da pesquisa será utilizado números para reconhecer o sujeito de cada resposta.

Configura-se como espaço para se equacionar o significado e o lugar do instrumental técnico, para se criar e recriar possibilidades políticas para a ação profissional; para se desenvolver valores éticos, e é, sem dúvida, momento privilegiado para se superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, e possibilitar a construção de mediações

Como enfatizado pela autora, é consoante com o esperado na formação profissional, que um dos momentos de aprendizagem da prática e do *como fazer* da profissão seja remetido ao estágio. Entretanto, mesmo sendo um espaço privilegiado para compreensão dos instrumentos e técnicas, segundo o PPC (2013, p.56) “todo o conjunto de disciplinas e demais elementos integradores do currículo devem remeter à aprendizagem da prática profissional. Neste cenário, o estágio supervisionado é considerado *locus* privilegiado de tal aprendizagem”. Logo, outros elementos da formação também são primordiais para a aprendizagem da prática.

Da mesma forma que se buscou com o novo projeto pedagógico superar a separação do ensino teórico-prático, assim, os demais elementos pedagógicos também devem reafirmar a unidade teoria-prática. Não cabe a um único elemento da formação profissional propiciar esse entendimento. Assim como será abordado nos próximos parágrafos, o estágio, segundo a percepção dos sujeitos dessa pesquisa, se apresenta como centralidade no processo de apreensão dos instrumentos e técnicas.

Ramos (2007, p. 168) também destaca que “[...]o ‘ensino da prática’, na lógica curricular, não se resume a um componente curricular (o estágio), deve ser transversal à formação”. Posto isso, “o estágio é um dos componentes do ensino da prática, mas não o exclusivo”.

Também foi elucidado no PPC 2013.2 as oficinas como um dos elementos pedagógicos constituintes na aprendizagem dos instrumentos e técnicas. Segundo o PPC (2013, p.56):

As oficinas aqui propostas, distribuídas ao longo do curso, são consideradas uma estratégia pedagógica que permite dinamizar e potencializar o processo de ensino-aprendizagem nesta direção. Desse modo, caracterizam-se pela discussão e análise de uma determinada realidade e/ou a sistematização de um conhecimento, através da confrontação e troca de experiências e ideias, problematização dos temas à luz das referências teórico-políticas e metodológicas, estimulando a participação e a criatividade.

As oficinas na proposta do PPC 2013, são descritas como espaços de reflexão e participação ativa, que devem contribuir na busca de respostas às questões propostas pelo professor. Segundo o PPC (2013, p.56), “o professor, nesse contexto, tem o papel de oportunizar ao estudante o direito ao questionamento e ao pensar sobre a realidade, o exercício da crítica,



como também nortear o desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo profissional de serviço social”.

Para compreender o potencial de um espaço de oficina, recorreu-se a Anastasiou e Lopes (2009, p.96) que descrevem

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva.

Para a Abepss (1996, p. 15) as oficinas e laboratórios são descritos como “[...] espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.” Nessa direção e de acordo com a concepção Anastasiou e Lopes (2009), as oficinas devem ser espaços estratégicos que promovam o desenvolvimento dos(as) estudantes de forma criativa, propiciando momentos de vivências.

Também assim, as oficinas são espaços em potencial para estimular a criatividade necessárias para a atuação profissional a partir da participação ativa. Chama a atenção que as oficinas sejam o terceiro item elencado como responsável pela aprendizagem dos instrumentos e técnicas, pois em seu potencial, são espaços privilegiados de trocas de experiências e do desenvolvimento da dimensão procedimental de forma criativa. Esses dados apontam que possivelmente as oficinas não estão cumprindo o papel do que se espera de uma oficina.

É interessante a resposta obtida por um dos sujeitos da pesquisa que afirma:

*o meu processo de aprendizagem se tornou possível pelo conjunto de metodologias programáticas abordadas nas disciplinas/oficinas mediadas pelo exercício do estágio supervisionado. Acredito que a teoria em junção com a prática contribuiu positivamente para o meu embasamento sobre os instrumentos e técnicas (sujeito 27).*

Com essa resposta, sintetiza-se o esperado pelas diretrizes gerais da Abepss (1996, p.6) para as matrizes curriculares dos cursos de serviço social, que preconiza em seus princípios “a definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo”.

Sendo assim, embora a maioria dos egressos considerem que o ensino dos instrumentos e técnicas foi parcialmente satisfatório, é importante salientar que um dos possíveis “caminhos”

para a melhor compreensão da mediação da teoria-prática está retratado pelos elementos pedagógicos que os egressos responderam. Pois, como já foi citado acima, o conjunto de disciplinas e elementos pedagógicos, ou seja, todos eles, devem remeter a aprendizagem da prática profissional, e dessa forma propiciar a mediação da teoria e prática no conjunto das atividades, conforme o PPC (2013, p. 61) “resgatar a possibilidade de totalidade da aprendizagem, superar a fragmentação do conhecimento e sua dissociação com a autonomia, a criticidade e a criatividade”.

No que tange a compreensão do conceito de instrumentos e técnicas para o serviço social, a análise revelou que as respostas se concentraram em dois principais núcleos:

- a. Respostas que conceituaram. Foram as respostas que realmente responderam o que foi perguntado.
- b. Indivíduos que responderam quais são os instrumentos. Responderam dando exemplos de instrumentos ao invés de responder o que são os instrumentos e técnicas.

A quantidade de respostas enquadradas nesses dois núcleos foi bem parelha. Destaca-se a seguir as principais respostas que conceituaram o que são os instrumentos e técnicas, conforme a tabela:

Quadro 6 - Respostas que conceituaram o que são os instrumentos e técnicas

São basicamente os meios de trabalho de uma assistente social. Quando nos deparamos com uma demanda, devemos primeiramente analisá-la e escolher quais os melhores meios/instrumentos/técnicas para viabilizar nossa intervenção da melhor forma possível. Assim como a metodologia de uma pesquisa, os instrumentais e técnicas devem ser selecionados de acordo com os objetivos da intervenção proposta. (sujeito 4)
Instrumentalidade é um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permite a operacionalização da ação profissional (MARTINELLI, 1994). O domínio da instrumentalidade permite ao profissional definir quais, como e quando os instrumentos serão utilizados no processo de intervenção. Em relação aos instrumentos, temos: Entrevista; Visita Domiciliar, Visita Institucional; Acolhimento; Acompanhamento Social; Reunião; Dinâmicas de Grupo; Registro; Relatório; Perícia; Parecer; Estudo Social; etc... (sujeito 5)
São nossos meios de trabalho. São imprescindíveis para garantirmos a equidade e justiça na atuação com os usuários. Ter domínio sobre nossas técnicas e instrumentais auxiliam na garantia de direitos. (sujeito 9)
Os instrumentos e técnicas são as vias nas quais materializamos o trabalho e planejamos as ações a serem realizadas, para que seja possível que o/a usuário/a tenha acesso ao seu direitos. (sujeito 13)
São meios através dos quais o profissional expressa seu conhecimento numa situação específica com a qual atua, buscando nela intervir com um objetivo. (sujeito 14)
Os instrumentos e técnicas de intervenção são meios pelos quais o profissional materializa na sua prática profissional as dimensão teóricas e política da profissão ,as quais o permitem analisar e compreender a realidade sobre a qual está atuando e conseqüentemente planejar uma ação pautada na práxis profissional. Instrumentais e técnicas não são, nem podem vir a ser, meros instrumentais alheios à realidade social, mas devem ser pensados e escolhidos criteriosamente e criticamente após rigorosa análise da realidade sobre qual se pretende aplicá-los.(sujeito 21)

Os instrumentos e técnicas da Profissão do serviço social são uma forma de mediação entre o usuário e o Profissional, é uma ferramenta essencial do exercício profissional que contribui para a identificação de demandas; elaboração de projetos e programas; pesquisas entre outros pontos que fundamentam a intervenção profissional. (sujeito 27)
São meios e ferramentas que irão subsidiar a prática profissional da/o assistente social pautada na realidade social do cotidiano. (sujeito 28)
Os instrumentos e técnicas permitem ampliar a visão profissional sobre as possibilidades de intervenção, trazendo as demandas visíveis e invisíveis do usuário (sujeito 23)
São aqueles procedimentos construídos historicamente pela profissão para atingir os objetivos elaborados no planejamento do trabalho profissional. (sujeito 11)
São o que constitui a dimensão técnico-operativa do exercício profissional das/os Assistentes Sociais. Para além de compreender as relações sociais, é necessário desenvolver táticas de atuação sobre essa realidade com vistas a transformá-la. Por isso, os instrumentos e técnicas não se resumem a pareceres sociais, entrevistas, etc, mas carregam uma dimensão criativa, intelectual e de planejamento muito importante. (sujeito 17)

Fonte: Elaborado pela autora

De modo geral, o núcleo que conceituou o que são os instrumentos e técnicas, demonstrou uma apreensão quanto os instrumentos e técnicas serem uma forma de mediação das demais dimensões constitutivas do serviço social, como confirma Sarmiento (2012, p. 116) “os instrumentos e técnicas são mediações através das quais o assistente social objetiva seus projetos, ou seja ‘lança mão’ destes para efetivação da ação no conjunto das relações sociais”.

A seguir são apresentadas as respostas que não conceituaram os instrumentos e técnicas, referentes ao núcleo b, indivíduos que responderam quais são os instrumentos.

Quadro 7 - Respostas que conceituaram respondendo quais são os instrumentos

Estudo social, entrevistas, relatórios... entre outros. (sujeito 31)
Instrumentos indispensáveis para a intervenção profissional, bem como na compreensão e no enfrentamento das demandas. Visitas, relatórios, entrevistas, observação, entre outros. (sujeito 25)
Entrevistas estruturadas e semi estruturadas, relatórios, pareceres, registros dos atendimentos, atendimento individual e em grupos. (sujeito 24)
entrevista social, visita domiciliar, relatórios técnicos, parecer social, escuta qualificada, acolhimento, laudo... (sujeito 22)
São instrumentos que permitem conhecer e descrever a rotina e dinâmica familiar, além de reunir informações acerca da história de vida dos sujeitos de direitos (entrevista, visita domiciliar e institucional, reunião, relatório e outros) (sujeito 19)
São estratégias, ações, meios e documentos que subsidiam a intervenção profissional.(sujeito 16)
A atuação do dia a dia.. não existe instrumento específico. Depende de cada caso (sujeito 10)
Entrevista; grupo; visita domiciliar; diálogo; relatório, estudo e parecer social; (sujeito 8)

Conhecimento da situação do usuário para intervir (sujeito 2)
---

Onde o Assistente Social irá atuar (sujeito 12)
---

Fonte: Elaborado pela autora

Algumas das respostas acima demonstram a não compreensão do que são os instrumentos e técnicas. Embora alguns dos(as) egressos(as) saibam exemplificar alguns instrumentos, percebe-se que estão desvinculados da mediação das outras dimensões. Ou seja, essas respostas transparecem a não compreensão da totalidade ao abordar os instrumentos, ao contrário do que pontuam Santos, Souza Filho e Backx (2012, p.34) “de não tratar o instrumental separado do contexto geral do seu uso, evitando-se assim a perspectiva de um metodologismo”. Para além da exemplificação dos instrumentos e técnicas desconexos do contexto de uso, duas respostas em específico chamam a atenção: “*Conhecimento da situação do usuário para intervir*” (sujeito 2) e “*Onde o Assistente Social irá atuar*” (sujeito 12), demonstrando que não houve a apreensão do conceito da dimensão técnico-operativa, não sendo consoante com a formação profissional esperada pelo PPC de 2013.

Após buscar a compreensão do conceito de instrumentos e técnicas segundo esses(as) egressos(as), perguntou-se qual a importância da aprendizagem dos instrumentos e técnicas no processo de formação profissional do(a) assistente social. Segundo a análise, houve consenso quanto ser fundamental e indispensável o ensino dos instrumentos e técnicas na formação profissional. Na tabela a seguir será elencado algumas respostas que aprofundaram melhor nas suas justificações.

Quadro 8 - A importância da aprendizagem dos instrumentos e técnicas

Entendo que o/a assistente social necessita do arsenal técnico-operativo como estratégia para atingir as dimensões ético-política e teórico metodológica. Não basta saber a quem defende, com base em quais princípios e quais teorias e métodos se não tiver o domínio sobre a instrumentalidade do serviço social. Ao passo que conhecer somente as técnicas sem as demais dimensões, torna o fazer pragmático e tecnicista, ou seja, sem conteúdo e propósito. (sujeito 30)
--

Adensar o conhecimento dos instrumentais e técnicas do serviço social permite a/o profissional pensar uma intervenção não pragmática e imediatista, considerando suas ações compreendidas em uma realidade dinâmica e que exige, portanto, avaliar o melhor instrumento para subsidiar cada demanda. (sujeito 28)
---

Enquanto profissional Assistente Social, reconheço que é primordial além de outras temáticas abordar no processo de formação profissional os instrumentos e técnicas da profissão. Com a contribuição da minha formação e o favorecimento das metodologias abordadas da teoria e prática como uma unidade, hoje atuo na área da educação e minha principal instrumentalização é o Estudo Social, que embasa as etapas de análise documental; entrevista; visita domiciliar e parecer social. (sujeito 27)
---

São fundamentais para uma atuação crítica e tecnicamente eficiente. É importante que o estudante aprenda a usar as técnicas e instrumentais tendo em vista a análise da realidade social, sendo isso, muitas vezes mais complexo para muitos estudantes do que se possa pensar. A elaboração de um parecer social, por exemplo, é
---

<p>de uma complexidade enorme, e muitos estudantes saem da universidade sem compreender como elaborar esse documento tão usado pela profissão, em especial, elaborá-lo, através de análise cuidadosa da realidade social. O processo formativo deveria possibilitar aos estudantes experiências desse tipo, uma vez que nem sempre o estágio permite uma aproximação adequada desses instrumentais de forma crítica e não alienada. (sujeito 21)</p>
<p>Nosso processo de formação requer atenção às três dimensões indissociáveis: teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa. Não existe uma hierarquia entre elas, portanto o processo formativo precisa propiciar à/ao estudante espaços tanto em sala de aula quanto fora que lhe permitam desenvolver essas habilidades, levando em conta que as/os estudantes de serviço social ingressam na Universidade provenientes das mais diversas realidades. (sujeito 17)</p>
<p>A aprendizagem dos instrumentos e técnicas no processo de formação profissional é essencial. Não tenho muitos anos de prática, mas, neste poucos anos, percebi como é importante conseguir observar a realidade e fazer conexões a respeito do que é preciso ser feito considerando os direitos e suas respectivas violações envolvidas naquele caso. É evidente que o conhecimento geral dos fatos no qual aquela situação está inserida é preciso, mas, para além de conhecer e refletir sobre a realidade universal, e dar passos rumo a mudança nessa realidade universal, é preciso saber agir como assistente social naquela realidade particular que se apresenta diante de nossos olhos. É assim que a competência profissional do serviço social é construída e fortalecida. Se somos capazes somente de refletir e nos manifestar sobre a realidade universal mas não somos capazes de elaborar um plano de intervenção, somos apenas militantes, não assistentes sociais. Militante qualquer profissional pode ser. (sujeito 14)</p>
<p>O aprendizado dos instrumentos e técnicas no processo de formação profissional do assistente social é fundamental para um bom desenvolvimento profissional que tenha por objetivo a defesa e garantia de direitos. O cotidiano profissional é permeado pela questão social e pelo jogo de poderes, sendo assim, é fundamental que o profissional esteja bem embasado, para que tenha resguardo técnico para realização de suas atividades, e este resguardo expressa através dos instrumentos e técnicas utilizadas pelo profissional em campo. (sujeito 13)</p>
<p>Acredito que a apreensão dos instrumentos e técnicas durante o processo de formação é peça fundamental. Além do apoio pedagógico e o material teórico, que auxiliam na compreensão, atividades práticas e exemplos do cotidiano podem contribuir, facilitando inclusive a análise da escolha dos instrumentais quando for atuar profissionalmente ou até mesmo na observação do estágio. (sujeito 4)</p>
<p>Total importância. Porém, não deve ser um instrumental e/ou técnica que limite ou sirva de "muleta" para a/o profissional e seu trabalho realizado. Ele deve servir para potencializar o alcance de seus objetivos ou da equipe, deve servir desde para a organização do trabalho, bem como avaliação do trabalho com os usuários. Deve-se cuidar para que não vire uma apesar a técnica pela técnica, num fazer sem autocrítica e análise do propósito de sua utilização. Por exemplo, um estudo social serve para compreender melhor determinada realidade, para então pensar em como responder as demandas e a atuação junta com os demais profissionais com determina usuário ou situação. Isso garante que a/o assistente social possa agir de uma forma mais coerente e assertiva, em vez de uma fazer assistencialista, para além do emergencial. (sujeito 3)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação às justificativas a respeito da importância do ensino dos instrumentos e técnicas na graduação, os egressos conseguiram formular respostas coerentes com a literatura apresentada ao longo dessa pesquisa. Entretanto, apenas a compreensão da importância do estudo da dimensão técnico-operativa não é capaz de munir o profissional da habilidade de utilizar os instrumentos corretos na atuação, assim como pontua Santos (2006, p. 85):

[...] instrumentos e técnicas possuem uma relação quase que direta com a prática, portanto, exigem um conhecimento procedimental, apesar de não dispensar conhecimento teórico. Quando na academia se considera que para a operacionalização da prática é suficiente um bom ensino teórico, está se acreditando que a teoria

transmuta, de forma imediata, em ações e que os instrumentos são aferidos diretamente de uma direção teórica.

Embora muitas respostas obtidas não tenham sido aprofundadas, com muitas respostas simples contendo apenas os adjetivos como indispensável e/ou fundamental, essas também evidenciam a dificuldade de assimilação entre o conceito e a necessidade do aparato técnico para a atuação profissional.

A constatação da falta de compreensão por parte dos estudantes da graduação também é evidenciada por Sarmiento (2012, p. 108)

[...] é interessante destacar, [...], o constante “apelo” por “respostas” acerca dessa dimensão interventiva por parte de estudantes da graduação, pós-graduação e de profissionais que estão atuando na área do serviço social. Isto sinaliza que ainda é uma discussão teórica e prática em aberto, rica de possibilidades, dicotomias e contradições, mas que precisa receber um tratamento investigativo e produtivo para que não seja desqualificada por princípio.

Cabe também destacar outros dois aspectos identificados nas respostas obtidas A primeira é

*o processo formativo deveria possibilitar aos estudantes experiências desse tipo, uma vez que nem sempre o estágio permite uma aproximação adequada desses instrumentais de forma crítica e não alienada” (sujeito 21).*

Como foi dito anteriormente, o estágio é um espaço privilegiado da relação teoria-prática, porém não deve ser o único momento da graduação que proporcione o uso do aparato técnico. Em concordância com essa resposta, não são todos os estágios que poderão propiciar o uso de certos instrumentos, sendo assim é necessário na formulação da matriz curricular haver outros momentos que propiciem o uso prático dos aparatos técnicos. Dessa forma, as oficinas também são espaços em potencial para promover a compreensão do uso dos instrumentais e não estão sendo destacadas pelos sujeitos quanto um elemento da aprendizagem. “Em outros termos, há uma indicação de que o ‘ensino da prática’ deve ocorrer necessariamente nos três eixos, entretanto, considero que em níveis diferenciados, uma vez que compreender o significado social da profissão é fundamental para a ação” (SANTOS, 2006, p. 73)

Outro aspecto identificado que cabe reflexão é:

*se somos capazes somente de refletir e nos manifestar sobre a realidade universal, mas não somos capazes de elaborar um plano de intervenção, somos apenas militantes, não assistentes sociais. Militante qualquer profissional pode ser.” (sujeito 14)*

A resposta desse(a) egresso(a) dá indícios de que a compreensão do ensino teórico não se traduz diretamente na ação esperada. A graduação deve propiciar, conforme as diretrizes da Abepss, uma formação que priorize o ensino teórico-prático como também a compreensão de como realizar a mediação entre as três dimensões constitutivas. Além disso, não deve haver priorização da teoria em detrimento à prática e vice e versa, assim como Santos (2006, p.132) pontua:

A teoria, por ser condição para explicar o real, pode contribuir com a descoberta de possíveis ações humanas. Essa constatação remete, mais uma vez, ao fato de que o âmbito da teoria é o âmbito da possibilidade, ou seja, a teoria possibilita a prática, mas não de forma imediata. Essa não é sua função precípua. Ela pode ter como intenção a transformação social, mas isso não significa que tal passagem dependa, exclusivamente, dela, embora seja uma condição.

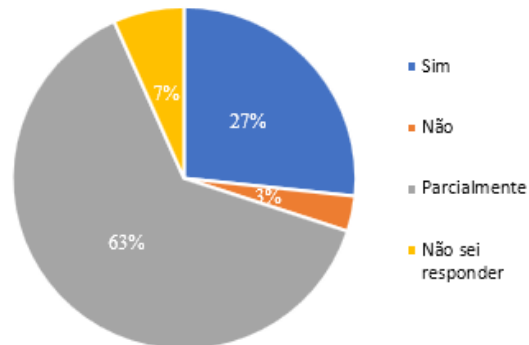
Dessa forma, essa resposta aponta que possivelmente o processo de ensino-aprendizagem não está propiciando a habilidade de manejo do aparato técnico da profissão e de certa forma dá indícios de uma supervalorização da teoria em detrimento da prática. Ora, se como afirma Sarmiento (2005, p.16), “o instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente. É através do instrumento que vamos experimentando a teoria social, na medida em que permite que vá objetivando as categorias na realidade”, é imprescindível o ensino do conhecimento procedimental, orientado pela teoria social.

Além disso, é importante salientar que o serviço social é uma profissão que além de investigativa, é também interventiva, ou seja, os(as) profissionais devem ser capacitados(as) tanto teórica e metodologicamente, quanto tecnicamente, para assim agir na realidade.

Nessa lógica de raciocínio, cabe clareza de que o serviço social é uma profissão interventiva e de que este âmbito da profissão não se limita ao discurso – por mais elabora que seja – ou à mera intencionalidade. Indiscutivelmente, mesmo que de modo particular – profissional -, como nas demais esferas da vida social, também é imprescindível à profissão a ação do sujeito (profissional), se este pretende alteração da realidade, considerados, obviamente, as condições objetivas e condicionantes que se colocam às alternativas de ação face às situações concretas. (FORTI, 2017, p. 16)

Adentrando a questão da relação teoria-prática, buscou-se compreender se para esses egressos, a matriz curricular do atual PPC favoreceu a apreensão dos conteúdos no que tange a relação teórico-prática.

Figura 16 – Favorecimento da relação teoria-prática a partir do conjunto dos conteúdos teórico-práticos



Fonte: Elaborado pela autora

Da mesma forma que os(as) egressos(as) responderam sobre o ensino dos instrumentos e técnicas segundo a matriz curricular do PPC, a grande maioria dos egressos responderam que o conjunto dos conteúdos teórico-práticos favoreceram parcialmente a apreensão da teoria com a prática. Para Santos (2006, p. 226)

Teoria e prática estão subsumidas no processo das objetivações humanas: a teoria é o que possibilita explicar, interpretar, examinar o objeto o qual é resultado de uma prática social. Assim, há uma relação teoria/prática e prática/teoria. É dessa forma que se pode inferir a relação de unidade entre um movimento de apropriação do mundo pelo ideal e a intervenção material, entre teoria e prática.

A partir do entendimento que há uma relação direta entre teoria/prática e prática/teoria, a formação em serviço social deve propiciar, a partir dos componentes pedagógicos, conteúdos que “conversem” entre si e que promovam a apropriação da teoria-prática quanto uma relação de unidade. Ainda em concordância com Santos (2006, p.132), “a afirmação de que a teoria é um modo de ler e interpretar a realidade implica afirmar que a teoria tem como *lócus* de atuação a prática, possibilitando transformações e se alimentando da mesma. Enfim, teoria e prática formam uma unidade, apesar de suas diferenças”.

A partir da análise das respostas, obteve-se praticamente um consenso sobre a falta de correspondência da prática no conjunto dos componentes teóricos. Cabe apontar de antemão que de forma hegemônica as disciplinas, embora tenham sido apontadas como o segundo componente pedagógico responsável pelo ensino dos instrumentos e técnicas, no que tange a relação teórico-prática, foram apontadas como espaços que privilegiam o ensino da teoria e que faltam no ensino da prática.

Cabe destacar uma das respostas obtidas:

*A prática é bem diferente da teoria” (sujeito10).*



Assim como foi apresentado na introdução desta pesquisa, uma das motivações para elaboração do TCC sobre o tema da dimensão técnico-operativa, foi ouvir de vários colegas da graduação essa mesma afirmação. Mas será realmente que na prática a teoria é outra? Ou será que a forma que se interpreta a teoria é que propicia uma concepção equivocada da prática estar desvinculada da teoria? Cláudia Mônica dos Santos em sua tese de doutorado (2006) faz uma análise a partir do método crítico-dialético de Marx, em que evidencia que a teoria é a análise da realidade, é a teoria que tem potencial de interpretar as determinações do objeto, para assim propiciar formas de alterá-lo.

Dessa forma, na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se adequa a uma prática. Aqui a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela. (SANTOS, 2006, p. 131)

É a partir da compreensão de que a teoria contribui com a prática que é possível a inventividade no fazer profissional. Assim como foi abordado no início desta seção, a instrumentalidade do serviço social é uma capacidade de transformar uma intencionalidade em respostas frente as demandas, ou seja, a prática “não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. Nesse caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente.” (SANTOS, 2006, p. 131). Ainda a respeito da expectativa da teoria ser a condição primordial na explicação e formulação de estratégias no fazer profissional, Santos (2006, p. 132), apresenta a teoria no campo da possibilidade da prática

A teoria, por ser condição para explicar o real, pode contribuir com a descoberta de possíveis ações humanas. Essa constatação remete, mais uma vez, ao fato de que o âmbito da teoria é o âmbito da possibilidade, ou seja, a teoria possibilita a prática, mas não de forma imediata. Essa não é sua função precípua. Ela pode ter como intenção a transformação social, mas isso não significa que tal passagem dependa, exclusivamente, dela, embora seja uma condição.

No que tange a análise das respostas referentes ao ensino dos conteúdos teórico-práticos, será dividido em dois grupos:

a. Consideram que o conjunto dos conteúdos teórico-prático favoreceram a apreensão da relação teoria-prática;

b. Consideraram insuficiente o conjunto dos conteúdos teórico-prático para apreensão da relação teoria-prática.

Das 30 respostas, apenas 8 consideram que o ensino da graduação favoreceu a apreensão da relação teoria-prática. A maioria das justificativas convergiram sobre a importância da indissociabilidade entre teoria e prática na graduação e que a graduação conseguiu promover essa mediação, mesmo que com limitações, conforme uma das respostas positivas:

*Acho que os conteúdos dados possibilitam a apreensão do exercício profissional, ainda que contenham algumas lacunas. No exercício profissional fica ainda mais visível a relação intrínseca entre teoria e prática. A teoria me possibilitou subsidiar todas as ações profissionais desenvolvidas durante a residência.”* (sujeito 16)

No tocante do grupo b, que responderem que consideram insuficiente o conjunto dos conteúdos teórico-práticos, das respostas, 19 responderam que o ensino foi parcialmente suficiente, 1 que não foi suficiente e 2 responderam que não sabem responder. No quadro a seguir será destacado algumas respostas:

Quadro 9 - Justificativa da insuficiência do ensino teórico-prático

<p>Acredito que é parcial, pois ainda faltava refletir muitas coisas que na academia voltavam-se para o teórico, e nos campos de estágio, na relação direta com os usuários, se complexificava. Além disso, sinto que poderíamos ter explorado mais os instrumentos em diferentes áreas da atuação do assistente social, pois quando vamos parar o mercado de trabalho, a oportunidade que vir, estamos agarrando, porém com algumas inseguranças, pois aprendemos muito bem dos instrumentais que usávamos no nossos estágios, passando muito superficialmente ou nem passando, pelos demais. Outra coisa é também saber pensar em instrumentais que podemos usar no terceiro setor, que infelizmente, é um dos locais onde mais encontramos chances de entrar pós formação. Aprendemos muito a criticar de forma teórica o que está errado, e pouco a propor soluções práticas para o âmbito do trabalho, seja no local que for. (sujeito 3)</p>
<p>Para mim foi essencial a aproximação com a categoria (CFESS, CRESS, MESS, ENESSO, convivência com outras assistentes sociais para entender mais da profissão e da relação teoria-prática). Acredito que só as aulas são insuficientes para essa apreensão. (sujeito 5)</p>
<p>A universidade nunca esgotará completamente o conteúdo necessário à intervenção profissional. A Ufsc hoje, com o curso de serviço social, consegue dar uma boa base, mas não prepara integralmente o universitário para a vida em campo. Por exemplo, fiz estágio em educação enquanto graduanda, e trabalho hoje na assistência social com SCFV, ou seja, estou precisando sempre me inovar e estudar para qualificar meu fazer profissional. (sujeito 13)</p>
<p>Acredito que diante dos desafios que existem para uma formação profissional crítica em serviço social no interior da Universidade burguesa, com todas as suas contradições, sempre há dificuldades em não dissociar as dimensões teórica e prática. Por vezes a formação se dá de maneira tecnicista e em outros momentos, as discussões teóricas parecem não corresponder à realidade concreta. A síntese entre teoria e prática é o constante desafio a ser enfrentado no processo de formação de Assistentes Sociais críticas/os. (sujeito 17)</p>
<p>Acredito que essa parte poderia ter sido mais abordada em aulas, antes do estágio e no decorrer dele. (sujeito 18)</p>

<p>O estágio foi o mais perto que cheguei da materialização da relação teoria prática. Mas penso que isso deveria ser mais intensificado no curso. Outras experiências como trocas com profissionais que atuam em campos diversos também foram muito enriquecedoras. Mas as disciplinas por si só, mantêm essa experiência apenas na leitura de materiais teóricos sobre o tema. Penso que deveríamos ter mais atividades que desenvolvessem a prática da relação teoria prática, ainda dê de maneira simulada, se é que posso dizer assim. (sujeito 21)</p>
<p>Acredito que na graduação não houve ênfase na prática profissional, com relatos e exemplos do que esperar no ambiente de trabalho e nas diversas áreas de atuação do serviço social. Houve muito foco na teoria e pouco na prática. (sujeito 25)</p>
<p>Considero, no meu caso, que a melhor apreensão do conteúdo foi possível a partir da minha inserção como bolsista. Participar de reuniões, oficinas e demais atividades desenvolvidas no período, permitiu maior contato com alguns dos instrumentos e técnicas (uns mais que outros) que contempla a linguagem oral ou direta e a linguagem escrita ou indireta. (sujeito 28)</p>
<p>Se o serviço social possui uma natureza interventiva, então ela requer um arsenal técnico-operativo, ou seja, necessita do conhecimento procedimental e, na minha opinião, faltou trabalhar o manuseio dos instrumentos e técnicas com mais concretude, isto é, a prática profissional. Secundarizar essa dimensão pode levar ao pragmatismo frente às demandas postas pelo cotidiano de trabalho, uma vez que a profissão não se realiza na intenção. (sujeito 30)</p>
<p>Acredito que deveria ter experiências nas disciplinas que forcem os estudantes a desenvolverem os instrumentos e técnicas do serviço social e que faça se aproximarem dos benefícios socioassistenciais que vão precisar executar, por exemplo, elaboração de estudo social, preenchimento de um CadÚnico para acesso ao bolsa família. (sujeito 31)</p>
<p>Infelizmente, em diversos momentos a apreensão desta reflexão acerca da realidade universal se sobrepôs à necessária construção da competência profissional na questão da técnica. Muitos professores falam que não há dicotomia entre teoria e prática, porque a teoria seria a descrição da prática. Mas o fato é que muitas vezes nos atemos a ideais políticos com os quais a categoria do serviço social se identifica e à conjuntura atual, o que, perceba, não é a descrição real da totalidade da prática do serviço social, mas somente do contexto no qual ela está inserida e necessariamente se relaciona. Veja, eu não considero ruim ter identificação política, mas reduzir o curso a uma construção meramente relacionada a ideais políticos é algo complicado. Se é isso que o serviço social é, então não somos nada, porque, repito, qualquer profissional pode ser militante. Repito ainda, não há problema algum em ter posicionamento, muito pelo contrário, o posicionamento político faz parte do ser humano na sociedade em que vivemos. Tive professores excelentes que me conduziram a uma boa formação profissional, mas o espírito que pairava na fala de alguns professores e na fala de muitos colegas de curso era de que deter-se sobre a técnica era ser tecnicista demais e perder a reflexão acerca da realidade universal. E essa fala era concretizada na crítica negativa aos docentes que faziam disciplinas com este dito "viés tecnicista". Era uma fala de quem temia a fragmentação do processo de trabalho, mas que acabava por fazer uma fragmentação inversa: olhava o fim da linha de produção, mas achava tecnicista demais conhecer as peças que compõem o produto final e a técnica que o desenvolveu. (sujeito 14)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

O ponto em comum das respostas acima é a falta do tratamento da teoria e prática enquanto uma unidade. Verifica-se que, segundo essas respostas, no que tange às disciplinas, esses consideram que são ministradas de forma estritamente teórica, deixando de lado o ensino da prática. Está faltando, segundo os indicativos acima, um entendimento da relação de unidade entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, como também da mediação da teoria com a prática.

Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao

conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva. (SANTOS; SOUZA FILHO, BACKX, 2017, p. 25)

Outra questão que novamente se evidenciou, foi acerca da compreensão do estágio supervisionado como único espaço de materialização da relação teoria-prática. Como já foi elucidado, o estágio é um espaço privilegiado para o ensino do fazer profissional, contudo ele não deve ser o único componente pedagógico que promova de fato a prática profissional. Outra questão também já abordada é que nem todos os campos de estágio irão propiciar o ensino dos diversos instrumentos utilizados no fazer profissional.

Ademais, um fragmento de uma das respostas chama a atenção:

*Tive professores excelentes que me conduziram a uma boa formação profissional, mas o espírito que pairava na fala de alguns professores e na fala de muitos colegas de curso era de que deter-se sobre a técnica era ser tecnicista demais e perder a reflexão acerca da realidade universal. E essa fala era concretizada na crítica negativa aos docentes que faziam disciplinas com este dito "viés tecnicista". Era uma fala de quem temia a fragmentação do processo de trabalho, mas que acabava por fazer uma fragmentação inversa: olhava o fim da linha de produção, mas achava tecnicista demais conhecer as peças que compõem o produto final e a técnica que o desenvolveu. (Sujeito 14)*

Cabe apresentar, que Santos (2006) destaca três posições antagônicas no serviço social acerca do ensino de instrumentos e técnicas.

Primeiramente a questão do tecnicismo no serviço social brasileiro, com a formação privilegiando a técnica “credita-se, unicamente aos instrumentos e técnicas, a responsabilidade pela “eficiência e eficácia” da ação” (SANTOS, 2006, p. 166). A segunda posição busca o ensino sem privilegiar o como fazer, limitando assim o ensino dos instrumentos e técnicas, “sob a alegação de que um bom ensino teórico é suficiente para se apreender, distinguir e habilitar os estudantes a utilizarem os instrumentos e técnicas necessárias à intervenção profissional.” (SANTOS, 2006, p. 166).

Finalmente a terceira posição, que trata dos instrumentos e técnicas de forma não isolada, ou seja, trata a dimensão técnico-operativa quanto um elemento que compõe as dimensões constitutivas da profissão, sendo necessária à intervenção profissional. Sendo assim, concordando com Santos (2006, p. 169)

se a prática profissional interventiva do serviço social requer tais dimensões, a formação profissional deve, por sua vez, contemplar, de fato, os conhecimentos

necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais.

Ainda no que tange essa questão, cabe destacar que o ensino procedimental não se caracteriza por si só quanto um ensino tecnicista ou metodologista, “portanto, as técnicas, os procedimentos e os instrumentos são elementos imprescindíveis à ação dos profissionais e não são em si conservadores, progressistas ou revolucionários, mas comportam, traduzem diferentes e até antagônicos vieses do pensamento e projetos profissionais”. (FORTI, 2017, p.16) Assim como foi discutido que a instrumentalidade deve deter de intencionalidade, o ensino dos instrumentos e técnicas deve ser ensinado a partir do aparato teórico, metodológico e ético.

Dessa forma, os instrumentos se transformam em meios para objetivar uma ação planejada, assim “ a passagem da teoria à prática necessita das definições dos fins, que envolve um plano ético e político, e da escolha dos meios, que envolve, também, um processo de valoração e um encaminhamento técnico-operativo” (SANTOS, 2006, p. 143). Assim, a utilização dos instrumentos ao longo da história do serviço social “deve ser concebido como um ganho e não um problema, ele integra a cultura profissional, e negar o formalismo não significa negar o papel que os instrumentos e técnicas têm em relação à forma de organização do trabalho profissional.”(SOUZA; FILHO; BACKX, 2017, p. 35)

No que se refere a atuação profissional assistente social, algumas reflexões foram levantadas a partir das experiências dos sujeitos da pesquisa. Assim, responderam se sentiram falta de algum conteúdo relativo aos instrumentos e técnicas no processo de intervenção profissional.

Quadro 10 - Na atuação profissional, sentiu falta do ensino sobre os instrumentos e técnicas?

Sim, estou aprendendo muitas coisas agora que atuo como assistente social. Como por exemplo criar documentos para atendimento dos jovens. (sujeito 18)
Senti falta das legislações específicas (sujeito 10)
Senti falta de tudo! Na graduação tive apenas uma disciplina, que foi muito fraca, não teve provas, nem leituras básicas sobre o tema. O que sei sobre foi a partir do estágio e de estudo por conta, o que ajudou bastante também foi a participação no movimento estudantil (como fazer reunião, dinâmicas, trabalhos em grupo, ata, registros formais...) e algumas professoras que relatavam suas experiências profissionais na ponta (momento que havia possibilidade de diálogo e perguntas sobre instrumentalidade, instrumentos e técnicas) (sujeito 5)
É evidente que nenhum curso é capaz de formar um profissional pronto, mas sim, senti falta. Senti falta de ter a oportunidade de elaborar instrumentos fictícios para apreender o processo de sua construção, visto que nossos estágios curriculares são realizados em instituições específicas nas quais nem sempre temos oportunidade para fazer estas construções. Coisas que sei que poderiam ter auxiliado em meu exercício e que tive que cometer alguns erros e reler alguns documentos para conseguir ser uma profissional melhor. Repito, nenhum curso forma profissionais prontos, mas, creio que perdemos algumas oportunidades de sermos melhores dentro daquilo que é possível considerando as questões que abordei na questão anterior. (sujeito 14)

Senti falta de discutir situações reais na graduação e formas de atuação em determinadas situações. Quando chegamos na prática não estamos tão preparados para encarar a complexidade das demandas. (sujeito 24)
Sinto que os instrumentais foram pouco discutidos e seria necessário mais que uma disciplina específica para esse debate, bem como mais relação com a prática e com as experiências reais do cotidiano. (sujeito 25)
Acredito ser necessário maior aprofundamento no debate quanto à realização de visita domiciliar e confecção de parecer, laudo e estudo social. (sujeito 22)
Penso que é difícil elencar um determinado conteúdo em virtude da complexidade da realidade, mas durante o período da minha formação não tive aula sobre os instrumentos e técnicas no processo de intervenção profissional serviço social na política de educação básica. Recentemente trabalhei na política de educação e senti falta de uma fundamentação da atuação da profissão nesse contexto. (sujeito 6)
A graduação jamais dará conta das particularidades que se apresentam no campo de atuação. Acredito que precisamos da experiência para abstrair e compreender todo conteúdo dado. Contudo, a graduação deu a base para que eu pudesse seguir com o compromisso de qualificação do trabalho e educação permanente. (sujeito 16)
Senti falta de visualizar, por exemplo: o que seria uma escuta qualificada em entrevista; quando seria necessário e qual o objetivo de uma visita domiciliar; quais situações demandam um relatório social; exemplos de situações que exigem encaminhamento para outros serviços, etc... (sujeito 4)
Senti falta sim. Trabalho com SCFV e se estuda muito pouco a respeito dos serviços assistenciais. Na graduação, eu sabia que o serviço existia, mas tenho que estudar muito e me aprofundar muito para executá-lo da maneira correta. A universidade me instigou a fazer da forma correta (a partir das normativas, política, etc.) o resto preciso me organizar sozinha. (sujeito 26)
Sim. Senti falta do ensino prático do manejo dos benefícios socioassistenciais. (sujeito 31)
Senti falta de um aprofundamento no instrumental profissional e dos serviços que desenvolvemos dentro de campo, uma vez que o cotidiano profissional materializa-se através destes instrumentais e serviços prestados aos usuários. Tenho sorte de estar trabalhando com o que vi no estágio (criança e adolescente), mas há um contraste entre a área da educação e da assistência social, que são políticas distintas, mas que se complementam. A atuação em campo exige constante qualificação e estudo, para que não se caia em senso comum e se consiga fazer uma leitura da realidade mais ampliada, e, o mais importante, como fazer a ponte entre teoria e prática (técnica). (sujeito 13)
Na minha prática na Educação se mostrou necessário ter noções de contabilidade (um conteúdo inexistente no curso de serviço social). (sujeito 15)
Senti falta de disciplinas e conteúdos específicos. Por exemplo, aprendi sobre a Política de Assistência, mas não me aprofundei na alta complexidade ou no trabalho com idosos que é com o que trabalho atualmente. (sujeito 9)
Não. Maior conhecimento dessas técnicas devem ser conhecidas no desenvolvimento do trabalho profissional a ser executado. (sujeito 11)
Sim, no meu caso tive poucas aulas que abordassem diretamente os instrumentos, ou seja, explicando detalhadamente como fazer, suas diferenças, quando fazer, etc. (sujeito 22)
Cada campo operacional envolve muitas especificidades onde vamos nos especializar de acordo com o local onde trabalharmos, mas considero o conteúdo trabalhado na graduação satisfatório no geral. (sujeito 29)

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar o quadro acima, percebe-se convergência em alguns pontos, entretanto no que corresponde a formação continuada há divergências significativas. De modo geral esses

egressos que já tiveram experiência atuando como assistentes sociais, relatam a falta de algum tipo de instrumento em específico. Novamente aparece a dificuldade da mediação da teoria com a prática. Relatam também a necessidade de especialização por parte deles mesmos após a conclusão da graduação.

Logo, sobre a questão da necessidade de buscar especialização após a conclusão do curso, verifica-se que há duas principais interpretações a respeito da formação continuada.

- a. Acreditam que a graduação deve dar todo o suporte para atuação nos diversos campos.
- b. Acreditam que a formação é um processo contínuo, logo a graduação serve como base para a atuação nos diversos campos de trabalho.

Há relato nas respostas sobre a falta de disciplinas de contabilidade, pois em seu campo de atuação viu a necessidade de tal conteúdo. Cabe a reflexão se é papel da graduação capacitar os estudantes de todos os assuntos/áreas que serão necessários ao adentrar no campo de trabalho. Os(as) assistentes sociais atuam nas mais diversas áreas e instituições estatais e privadas, sendo assim, cada campo terá sua especificidade. Os(as) profissionais irão atuar nas áreas das diversas políticas sociais, na saúde, na assistência, nos tribunais de justiça, na docência e em muitas outras áreas, dessa forma, prevê que a capacitação profissional se dá numa formação continuada. Em concordância com Cartaxo; Manfroi e Santos (2012, p. 249)

busca-se problematizar a formação continuada como um processo constante e necessário ao exercício profissional, imbricado na relação teórico-prática. Processo que parte da qualificação da produção documental e da apropriação das novas tecnologias. Considera-se que a atitude investigativa propicia ao sujeito profissional colocar-se em uma perspectiva crítica, que além de trazer à tona a realidade social vivenciada no cotidiano institucional também possibilita formular estratégias coletivas de enfrentamento à focalização e à seletividade das políticas sociais.

Assim como as autoras evidenciam a partir desse texto, a formação é um processo, sendo assim, prevê a necessidade de continuidade, não somente pela pós-graduação, mas também pelo

o fomento a discussões temáticas realizadas em conjunto pelos professores, profissionais e estudantes da graduação e pós-graduação, seja por meio dos fóruns de supervisão, seminários, análises de conjuntura ou por outras estratégias de formação continuada, de modo articulado a movimentos sociais, sindicatos e outros segmentos organizados.” (CARTAXO; MANFROI; SANTOS, 2012, p. 250)

Sendo assim, a questão sobre a formação continuada não está necessariamente ligada a capacitação profissional em si, pois a formação continuada perpassa a capacitação, mas está diretamente relacionada a própria instrumentalidade da profissão, de aprimoramento dos

instrumentos (meios) e atualizações das novas tecnologias, como também dos debates da profissão.

Falar da importância da educação na atualidade tornou-se lugar comum, já que há uma forte ideologia disseminada pelo mercado que reduz a educação à qualificação profissional, como condição para a inserção e o sucesso do indivíduo no mercado de trabalho. O sucesso e o fracasso são vistos como produtos do esforço individual do trabalhador. (CARTAXO; MANFROI; SANTOS, 2012, p. 240)

Foi solicitado aos(as) egressos(as) que deixassem algum comentário para acrescentar ou alguma sugestão sobre o ensino dos instrumentos e técnicas para o curso de serviço social, conforme o quadro a seguir:

Quadro 11 - Comentários e/ou sugestões

Poderia ser abordado mais no decorrer da graduação. (sujeito 18)
O curso deveria minimamente ensinar de forma mais prática, sempre considerando a realidade social, o uso dos instrumentos e técnicas profissionais, com destaque, na minha opinião, para a elaboração do parecer social. (sujeito 21)
Reformar a disciplina que é dada, priorizar metodologias ativas e processos de verificação do aprendizado (provas, atividades para entregar), priorizar esse tema nas aulas de estágio (oficina e supervisão acadêmica).
Sugiro aprofundar o conhecimento que vem dos estágios e quem sabe promover a aproximação de alunos que estão no estágio com alunos de fases iniciais, para que estes alunos iniciantes possam compreender um pouco mais da concretude dos espaços de trabalho. (sujeito 5)
Iniciei minha atuação como assistente social logo após formada e me senti despreparada para diversas situações que vivi no cotidiano profissional, algo que outras colegas também me trouxeram posteriormente, senti falta da prática e de ver no ambiente acadêmico situações reais para debate. (sujeito 25)
Que sejam implementadas disciplinas ou oficinas mais aprofundadas e embasadas de discussão sobre temas como por exemplo racismo, LGBTQIA+ Fobia, capacitismo, machismo, entre outros. (sujeito 6)
Talvez apresentarem com maior profundidade alguns dos instrumentos mais utilizados no exercício, como visita domiciliar, estudo social, laudos, pareceres, bem como problematizá-los e aprofundar os debates em relação às polêmicas existentes... Percebi no meu campo de atuação uma falta de entendimento coletiva referente a essas temáticas. (sujeito 16)
Sim! Minha sugestão é que possam ser mais explorados nas disciplinas de estágio. Quem sabe cada estagiário compartilhando os instrumentos que utiliza. Na próxima disciplina de instrumentais, fazer exercícios práticos utilizando os instrumentais (quando eu fiz, nem apresentaram quais mais utilizados). E pensar em como criar instrumentais, principalmente se no local onde você está inserido, não existe. Convidar profissionais que atuam na linha de frente para falar sobre isso. (sujeito 3)
Acredito que seria interessante se a disciplina fosse administrada com carga horária maior, talvez com mais semestres. E com maior aproximação com a prática profissional, de forma pedagógica. (sujeito 4)
Não senti falta do conteúdo relativo aos instrumentos e técnicas, pois meu estágio (SUAS - CREAS) permitiu o acesso e o exercício com eles. Além disso, a Professora [...] providenciou momentos com oficinas. (sujeito 19)
Acredito que deve haver maior conversa entre as possíveis áreas de atuação profissional, um aprofundamento maior em todas as possibilidades de atuação, para que o profissional entre no mercado de trabalho minimamente



ciente do que deve desenvolver e de onde buscar fontes para estudo e embasamento técnico para as ações a serem planejadas e desenvolvidas, dando mais poder e autonomia ao profissional. (sujeito 13)

Olhando para o todo do conteúdo do curso, creio que há muito conteúdo que acaba se repetindo em algumas disciplinas, e que há um foco desnecessário (ter muitas disciplinas) sobre a história do serviço social. Não que não seja necessário saber sobre a história, mas acaba sendo conteúdo demais em relação a outros conteúdos que podem ser mais úteis na prática profissional (considerando que há muitas áreas de atuação para assistentes sociais, e seria importante saber ao menos o básico de cada para que tenhamos uma base/estrutura na inserção profissional). (sujeito 15)

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os comentários, pode-se elencar em principais sugestões:

- a) Necessidade de maior abordagem dos instrumentos e técnicas durante a graduação;
- b) Espaços que propiciem o manejo prático dos instrumentos e técnicas a partir de possíveis situações cotidianas na atuação dos assistentes sociais;
- c) Necessidade de adequação da carga horária dos conteúdos teóricos e práticos;
- d) Maior carga horária para disciplina de instrumentalidade

Ao analisar o conjunto das respostas, é evidente a centralidade do estágio. Conforme já abordado não são todos os campos de estágio que oportunizaram o manejo dos instrumentos e técnicas utilizados pelo serviço social e conforme as análises dessa pesquisa, os(as) egressos(as) carecem do ensino técnico-instrumental.

Também se percebe a partir da análise das sugestões, o anseio da aprendizagem do manejo dos instrumentos e técnicas apoiados por atividades práticas. Isso reflete a concepção das oficinas. Sendo assim, as oficinas são espaços de grande potencialidade e que se usados de forma estratégica, podem auxiliar no ensino prática, estimulando a criatividade e curiosidade necessária para a atuação profissional.

Novamente as respostas reforçam a necessidade do ensino procedimental na graduação em serviço social da Ufsc. Importante destacar que embora a formação profissional não deva ser meramente capacitadora para o mercado de trabalho, ainda assim, o ensino da prática profissional irá preparar os estudantes quando se inserirem no mundo do trabalho quanto assistentes sociais. Em concordância com Santos (2006, p.73) a “compreensão é de âmbito da teoria e não leva, de imediato, à materialização da prática. Para isso, exige-se também um outro tipo de conhecimento, o conhecimento procedimental”.

Logo, a falta do conhecimento sobre o uso dos instrumentos e técnicas, pode gerar um sentimento de despreparo, conforme resposta acima:

*inicieu minha atuação como assistente social logo após formada e me senti despreparada para diversas situações que vivi no cotidiano profissional, algo que outras colegas também me trouxeram posteriormente, senti falta da prática e de ver no ambiente acadêmico situações reais para debate. (Sujeito 25)*

Para além do preparo para o mundo do trabalho, é importante salientar que a teoria fomenta a análise do objeto social, pois “analisar a realidade é fundamental para intervir na mesma, entretanto, analisar a realidade não implica, de imediato, em uma ação (SANTOS, 2006, p.87).

Sendo assim, o instrumental técnico não somente instrui o graduando em como agir quando adentrar para o mundo do trabalho, como também o aparato técnico o ensina a convergir a teoria em uma ação, dotada de intencionalidade, para assim, nas suas ações transparecem o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. (BRASIL, 1993, p. 24)

Com os dados apresentados, conclui-se que pela amostragem constata-se a dificuldade na compreensão da mediação da teoria-prática, como também da mediação das três dimensões constitutivas do serviço social. Assim sendo, as respostas evidenciam possivelmente uma supervalorização da teoria na forma que está organizado a matriz curricular.

Embora o PPC de 2013 preveja um ensino que desfragmente o conhecimento e que promova o ensino da prática a partir dos diversos componentes pedagógicos, a amostragem demonstra que o estágio é apontado como um dos únicos espaços que propicia o ensino do fazer profissional.

Em relação a disciplina de instrumentalidade, há indicativos que uma única disciplina não é capaz de articular a teoria prática, que deve ser estimulada em todas as disciplinas. Nas demais disciplinas houve a constatação de que essas se detiveram ao ensino dos conteúdos teóricos, o que contribuiu, segundo as respostas da amostragem, com a dissociação entre o conhecimento teórico e o prático.

As oficinas se revelam como um componente pedagógico de grande potencial para o estímulo da criatividade e da compreensão da indissociabilidade da teoria e da prática. Conforme as respostas, nesses tipos de atividades práticas e reflexivas, os(as) egressos(as) demonstraram compreender o fazer profissional em sua totalidade, ou seja, com a junção dos conhecimentos teóricos traduzidos na prática.

Outra constatação, no que tange a falta de compreensão do papel da teoria é revelada a partir da resposta:

*creio que há muito conteúdo que acaba se repetindo em algumas disciplinas, e que há um foco desnecessário (ter muitas disciplinas) sobre a história do serviço social.” (Sujeito 15)*

Essa resposta demonstra uma falta de compreensão da importância do ensino dos momentos sócio-históricos da profissão. É evidente que através do conhecimento e reconhecimento da profissão que o profissional terá amparo para compreensão do caráter tecnicista e conservador como gênese da profissão, bem como o processo de reconceitualização da profissão, em busca da teoria crítica e da defesa dos direitos da classe trabalhadora. Para além, é a partir da compreensão da profissão na divisão técnica do trabalho que estimulará também as discussões que permeiam a categoria frente as demandas da sociedade capitalista. Para assim compreender o serviço social em sua totalidade, conforme Cardoso (2008, p.55) conceitua a profissão:

Entendemos o serviço social como uma totalidade histórica, conjunto ou complexo de determinações que, inserida no movimento real totalizante de uma determinada formação social, transforma as suas determinações constitutivas e se transforma na totalidade como profissão. Ao mesmo tempo, exerce influência nas transformações qualitativas das totalidades concretas que se insere na história. É, portanto, determinada socialmente e tem uma função na história.

Ademais, as análises também amparam discussões que já vem sendo constatadas pela categoria profissional. De acordo com a discussão de Santos (2006, p.58)

A academia não vem se detendo nas particularidades do uso dos instrumentos para atender as demandas profissionais, na habilitação para o seu manuseio. Nesse processo que ocorre com rupturas e continuidades, há avanços e retrocessos, há amadurecimentos, mas também um vazio que precisa ser preenchido e o qual se caracteriza como o desafio da categoria.

Os dados apresentados e discutidos a partir da construção das diretrizes da Abepss, bem como o processo reformulação do Projeto pedagógico do curso de serviço social de 2013 e a literatura da categoria, apontam para a necessidade do aprofundamento do ensino da dimensão técnico-operativa na graduação.

Assim, com essa pesquisa foi apresentado um estudo que buscou indagar e adensar as produções acadêmicas sobre a prática profissional do serviço social, bem como o ensino dos instrumentos e técnicas na ação profissional. Sendo assim, de acordo com Guerra (2017, p.48) “penso que o melhor caminho é aquele que busca questionar as possibilidades e limites da

dimensão técnico-operativa frente às atribuições e competência socioprofissionais e políticas dos assistentes sociais”

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar o perfil dos(as) egressos(as) do curso de graduação em serviço social da Ufsc, Também, a partir da apreensão desses(as) egressos(as), compreender como esses avaliam a apreensão da aprendizagem da dimensão técnico-operativa segundo a disposição da matriz curricular e seus componentes pedagógicos. Com base na pesquisa documental e bibliográfica, buscou-se analisar o atual Projeto pedagógico do curso de serviço social da Ufsc, no que diz respeito ao ensino procedimental da profissão.

A amostragem demonstrou que a maior parte dos(as) egressos(as) são mulheres, brancas e solteiras. Com relação as bolsas de estágio, verifica-se que a grande maioria não teve acesso a esse tipo de auxílio nos estudos, já os outros tipos de bolsas de estudos, contemplaram na maior parte dos casos 5 semestres ou menos. Esse é um fator que pode ter contribuído para a inserção no mercado de trabalho durante a graduação. Mais da metade da amostragem esteve trabalhando enquanto cursava a graduação, e uma parte significativa trabalhou de forma integral. A maior parte dos(as) egressos(as) se formaram com atraso, demorando mais de 10 semestres para a conclusão do curso.

No que diz respeito a bolsas de estudos, esse é um problema recorrente também para os programas de pós-graduação, pois apenas um pouco mais que a metade teve esse auxílio para realizar a pós-graduação. Os dados apontam que metade da amostragem cursou ou está cursando algum tipo de pós-graduação, a maioria na modalidade lato sensu.

A inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso é alta, sendo a maioria contratadas como assistentes sociais, demonstrando que o ensino superior auxiliou na inserção e qualificação para entrada no mercado de trabalho. Entretanto, ao verificar os salários daqueles sujeitos já contratados como assistentes sociais, grande parte ganha salários baixos, demonstrando uma questão atual da categoria profissional e também a precarização do trabalho. Evidenciado a importância da inserção dos(as) assistentes sociais em seus respectivos sindicatos, por ramos de atuação, pois essa é uma questão a ser enfrentada coletivamente

Com a análise de certas fragilidades no projeto político pedagógico de 1999, percebeu-se a dicotomização do ensino teórico e prático, dividindo as matérias com teor teórico-metodológico e as procedimentais. Assim, buscou-se com o novo projeto pedagógico de 2013 superar tal dicotomia, buscando um trato quanto unidade a partir dos componentes pedagógicos da matriz curricular. Nesse sentido, objetivou-se uma formação crítica, com base teórica estimulando a pesquisa na graduação demonstrada pela expansão da disciplina de pesquisa I e

II. Também ampliou a disciplina de fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão para três semestres, contribuindo para construção do entendimento da história e trajetória da profissão com as mudanças da sociedade capitalista. O estágio obrigatório supervisionado passou de dois semestres para três semestres no atual currículo e um momento maior de compreensão da totalidade da profissão com aumento da produção do TCC para dois semestres.

As oficinas também foram implementadas na matriz curricular, pensadas para propiciar espaços de reflexão e aprimoramento de técnicas. Entretanto, com a análise das respostas dos egressos, observou-se que as oficinas não estão cumprindo o seu potencial criativo na graduação em serviço social da Ufsc. Também esses espaços não estão de acordo com o esperado da Abepss, que descrevem as oficinas quanto espaços que propiciem vivências e uso de instrumentos e técnicas. Assim, cabe o debate de como utilizar melhor esses espaços, superando o trato como disciplina, mas sim quanto um espaço dinâmico e criativo.

Segundo a análise, recaiu sobre o estágio a função de propiciar o ensino da prática. Nas respostas dos(as) egressos(as), diversas vezes atribuíram ao estágio a sua apreensão (ou não) dos instrumentos e técnicas da profissão. Também muitos indicaram o estágio quanto o único momento que propiciou a prática profissional, indo contra as próprias prerrogativas do PPC de que todos os componentes devem remeter a prática profissional.

A relação teoria-prática deve perpassar todos os momentos da graduação, conforme as propostas das diretrizes gerais da Abepss. A compreensão da teoria não se traduz em ação, é preciso intencionalidade e meios para assim agir na realidade. Sendo assim, é imprescindível o ensino procedimental na graduação para propiciar a habilidade do manejo do aparato técnico. Verificou-se também que há uma possível supervalorização da teoria da forma que está organizada a matriz curricular.

Embora no documento do PCC demonstre a intencionalidade da convergência do ensino teórico e prático entre os componentes pedagógicos, verifica-se que não há proporcionalidade no tratamento das dimensões constitutivas do serviço social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Dessa forma, percebe-se que há um certo tipo de “teoricismo”, em detrimento do ensino procedimental, por conseguinte, segundo as análises, está faltando na matriz curricular elementos que proporcionem capacitação técnica.

A dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, é a expressão do fazer profissional e da capacidade de saber *como* fazer. Sem os elementos técnico, o profissional, mesmo que qualificado teoricamente, pode acabar não conseguindo agir, por falta de manejo

da dimensão procedimental. Além da atribuição investigativa é necessário o embasamento técnico-operativo, para a assim, intervir na realidade.

Da mesma forma que o conhecimento também se revela quanto um instrumento importante de intervenção, há também diversos outros instrumentos e técnicas que auxiliam na intervenção. Um instrumento não é em si conservador ou revolucionário, o que faz com que a ação tenha um viés transformador é o próprio sujeito da ação (assistente social), que com criatividade e intencionalidade, busca estratégias para intervir na realidade.

Somado a essas fragilidades encontradas no PPC do serviço social da Ufsc, há também as questões sócio-históricas que perpassam as universidades públicas. O avanço do neoliberalismo incentivando a privatização da educação, com os cortes de verbas para as universidades públicas, afetam de forma direta o ensino universitário. Compreende-se que o projeto pedagógico não está descolado da realidade, logo, a precarização da educação dificulta a execução do objetivado pelas diretrizes da Abepss.

Uma das consequências da precarização do ensino é a falta de professores(as) efetivos(as) no departamento de serviço social. Essa realidade já vem sendo mencionada antes da expansão do curso para o turno noturno. Também houve a expansão da pós-graduação, abrindo cursos de mestrado e doutorado, necessitando mais ainda do corpo docente.

O momento histórico que estamos vivendo, somado as consequências da pandemia do Covid-19, perpassam por diversas dificuldades na garantia de um ensino de qualidade, compromissado com a formação de um profissional crítico e capacitado para intervir diante as expressões da questão social.

Embora com essas dificuldades, cabe o debate sobre o atual projeto pedagógico, para buscar estratégias que favoreçam a mediação das três dimensões. Há necessidade das disciplinas no geral, tratem a partir de suas ementas os aspectos dos instrumentos e técnicas, de forma continuada em toda formação. Também, buscar formas mais estratégicas de atribuir os espaços de oficinas, de modo a atingirem o potencial desses espaços através da participação ativa dos estudantes.

Pretende-se continuar pesquisando sobre a prática profissional do serviço social através da inserção em curso de pós-graduação em serviço social. A estudante, conforme afirmou na introdução desse trabalho, tem interesse na temática da dimensão técnico-operativa, sendo assim, é de interesse continuar com estudos que colaborem com o aprofundamento da temática para a profissão.

Por conseguinte, esse TCC aborda questões pertinentes a serem analisadas na formulação do próximo projeto pedagógico. Não se esgotou a discussão, mas sim, serviu para adensar o debate sobre a prática profissional.



## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. ABEPSS, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)
- ABEPSS. História. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/historia-7>
- ABEPSS. Política nacional de estágio da associação brasileira de Ensino e pesquisa em serviço social, 2009.
- ANASTASIOU, L.G.C.; ALVES, L. P. (org). Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, **Univille**, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. ENEM – Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791#:~:text=Criado%20em%201998%2C%20o%20Exame,ao%20fim%20da%20escolaridade%20b%C3%AAsica>.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662, 1993.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- BRASIL. Resolução nº 065/78, de 3 de novembro de 1978. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208159/ESTATUTO\\_UFSC\\_atualizado%20mar%20c3%a7o%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208159/ESTATUTO_UFSC_atualizado%20mar%20c3%a7o%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **R. Katálysis**., Florianópolis, n. 3, p. 389-394, 2016.
- CARDOSO, F. G. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social. In ABEPSS. **Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social**. São Luiz, p. 54 – 68, 2008.
- CARDOSO, F. G.; DOI, D. A. S. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em serviço social. **Temporalis**, n. 33, Brasília, 2017.
- CARTAXO, A. M. B.; MANFROI, V. M.; SANTOS, M. T. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Katálysis**, n.2, 2012.
- CASTRO, M. M. C.; TOLETO, S. N. **A reforma curricular do serviço social de 1982 e sua implantação na faculdade de serviço social da universidade federal de juiz de fora**. Juiz de Fora, 2003.
- CFESS. **Direito se conquista**: 10 anos da Lei das 30 horas. CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1747> acesso em: 28 de março de 2021
- COELHO, K. A. F. P.; ALMEIDA, D. M. F. A construção do projeto de formação do serviço social brasileiro e a superação do metodologismo. . Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2019.
- CRAVEIRO, A. V.; MACHADO, J. G. V. C. **A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social**: uma discussão em torno desta questão. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina, 2011.

- DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. Programa de pós-graduação em serviço social, Apresentação. Disponível em: <https://ppgss.ufsc.br/pb/o-curso/apresentacao-2/>
- DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, 2013. Disponível em: <https://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-Curso-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Servi%C3%A7o-Social.pdf>
- DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto político pedagógico 19991, 1999. Disponível em: <https://dss.ufsc.br/files/2010/10/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico1999.1-Revisado-2007.pdf>
- Estágio Supervisionado em Serviço Social. Hospital Universitário, 2013. Disponível em: <http://www.hu.ufsc.br/setores/servico-social/ensino/>
- FORTI, V. Prefácio. In SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. **Cortez**, São Paulo, p. 14 – 17, 2017.
- FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**2010, n.101, pp.40-64.
- FVG, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>
- GERBER, L. M. L. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958-1983)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Cortez, São Paulo, p.46 – 73, 2017.
- GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “**Capacitação em Serviço Social e Política Social**”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, n. 3, p. 9 – 32, 2001.
- JUNIOR, A. D. J. R.; ANDRADE, Z. M. D. Da empregabilidade ao empreendedorismo: a realidade das universidades públicas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 61, p. 80, 2018.
- KRÜGER, T. R.; SCHAPPO, S.; SILVA, S. **O perfil dos egressos do curso de serviço social da UFSC**. Florianópolis: UFSC/DSS, 2011. Relatório parcial do projeto de pesquisa.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Diretrizes curriculares**. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311140412406970.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf)
- MOTA, A. E. Trabalho e serviço social. In ABEPSS. **Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social**. São Luiz, p. 90 – 122, 2008.

NECKEL, R. KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis, 2010.

NOVAES, A. Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais – um balanço crítico. **Revista Ensaio**, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 80, 2004.

PINTO, L. C. **O contexto da luta de classes na educação: análise das greves da educação superior pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP**. 2019. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

RAMOS, S. R. Tratamento dispensado à prática na formação profissional. In ABEPSS. **Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social**. São Luiz, p. 146 – 186, 2008.

REDAÇÃO. Jul/2015– Governo Dilma corta R\$1 bi em educação e quase R\$1,2 bi em saúde. **Exame**, 2015. Disponível em: <https://exame.com/economia/governo-corta-r-1-bi-em-educacao-e-quase-r-1-2-bi-em-saude/>.

RESOLUÇÃO Nº 15. Diretrizes curriculares para os cursos de serviço social. 2002.

Disponível em:

[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311141012990370.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf)

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão. In SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. **Cortez**, São Paulo, p.23 – 45, 2017.

SARMENTO, H. B. M. Instrumental técnico e o serviço social. In SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. **Cortez**, São Paulo, p.108 – 124, 2017.

SARMENTO, H. B. M. Rediscutindo os instrumentos e técnicas em serviço social. In: STOCKINGER, Silvia da Costa (org). **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em serviço social na UFPA**. Belém, Ed. Amazônia/UFPA, 2005.

SILVA, J. G. **Trabalhadores estudantes do curso de serviço social: um estudo acerca das estratégias para permanência**. 2018. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SILVA, T. D. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília. Rio de Janeiro, 2020.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**. Brasília, 2001.

UFSC 54 anos: conheça um pouco desta história. Ufsc, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2014/12/ufsc-54-anos-conheca-um-pouco-desta-historia/>

## APÊNDICE A – Questionário submetido aos egressos

### A APREENSÃO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PELAS/OS ESTUDANTES GRADUADOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA(UFSC)

<p>Esta é uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso. Todos os dados serão mantidos sob sigilo. Esse TCC pertence a estudante Lívia Pietrobelli da Silveira, do curso de Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação da Dr<sup>a</sup> Profa Maria Teresa dos Santos.</p>	
<p><b>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b></p>	
<p>Você está sendo convidada/o para participar voluntariamente, como sujeito de pesquisa, do trabalho de conclusão de curso de graduação em serviço social intitulado: A APREENSÃO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PELAS/OS ESTUDANTES GRADUADOS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL/UFSC. Este TCC está sendo elaborado pela estudante Lívia Pietrobelli da Silveira, do curso de Serviço social/UFSC sob orientação da Dr<sup>a</sup> Profa Maria Teresa dos Santos.</p> <p>O objetivo geral desta pesquisa é: Compreender como as/os estudantes graduados do curso de serviço social da UFSC avaliam a aprendizagem da dimensão técnico-operativa da profissão.</p> <p>Estabeleceu-se também como objetivos específicos:</p> <p>a) identificar o perfil dos egressos do curso de serviço social no período de 2017.2 – 2019-2; b) analisar a configuração do ensino da dimensão técnico-operativa prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social/UFSC de 2013.2; c) identificar a concepção de instrumentos e técnicas apreendidas pelos sujeitos ao longo do curso; d) investigar em quais etapas ou elementos pedagógicos do curso de serviço social as/os estudantes atribuem a aprendizagem do uso dos instrumentos e técnicas para a atuação profissional.</p> <p>Assim ao concordar em participar desta pesquisa, você estará colaborando com o aprofundamento dos estudos relacionados ao serviço social.</p> <p>Caso não se sinta à vontade em responder alguma/s questões, pode se desligar da pesquisa a qualquer momento. Não haverá nenhuma despesa e também nenhuma compensação financeira relacionada à sua participação nessa pesquisa. Seu nome não será utilizado em momento algum da pesquisa, garantindo-se o anonimato. Somente serão divulgados os dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. A pesquisadora e orientadora serão as únicas pessoas a terem acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo.</p> <p>Em caso de quaisquer dúvidas, entrar em contato pelo e-mail: liviapietrobelli@gmail.com ou pelo telefone (48) 99905-1916.</p>	
Questão 1	Declaro que li e concordo com o termo de consentimento livre e esclarecido: <input type="checkbox"/> concordo
Questão 2	Fui informada/o dos objetivos da pesquisa acima: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 3	Data de nascimento:
Questão 4	Qual sua cor? <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda
Questão 5	Qual seu sexo? <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Prefiro não dizer
Questão 6	Qual seu estado civil?

	<input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Separado (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a)
Questão 7	Qual o ano e semestre de ingresso no curso de Serviço Social da UFSC?
Questão 8	Qual o ano e semestre de conclusão do curso de graduação em Serviço Social?
Questão 9	Realizou o curso de Serviço Social integralmente na UFSC? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 10	Se você respondeu NÃO, em qual instituição realizou parcialmente o curso de Serviço social?
Questão 11	Esteve inserida(o) no mercado de trabalho durante a graduação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 12	Se você respondeu SIM a questão anterior, especifique o tempo destinado ao trabalho: <input type="checkbox"/> integral <input type="checkbox"/> parcial <input type="checkbox"/> freelancer <input type="checkbox"/> outro
Questão 13	Teve bolsa/s de estudo durante a graduação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 14	Se você respondeu SIM na questão anterior, qual/quais tipo/s de bolsa/s ? <input type="checkbox"/> permanência <input type="checkbox"/> PET <input type="checkbox"/> PIBIC <input type="checkbox"/> extensão <input type="checkbox"/> outras
Questão 15	Qual o período total de duração da/s bolsa/s?
Questão 16	Você teve bolsa para a realização do estágio? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
Questão 17	Após a conclusão da graduação cursou ou está cursando algum curso de pós-graduação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 18	Está inserida/o no mercado de trabalho no momento? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 19	Se você respondeu SIM na questão anterior, em qual função?
Questão 20	Se está atuando como assistente social, em qual área de atuação?
Questão 21	Qual seu salário bruto, considerando seu vínculo como assistente social? <input type="checkbox"/> 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3 a 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5 a 6 salários mínimos <input type="checkbox"/> 7 a 8 salários mínimos <input type="checkbox"/> 9 a 10 salários mínimos <input type="checkbox"/> acima de 10 salários mínimos
Questão 22	Após a conclusão da graduação cursou ou está cursando algum curso de pós-graduação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

Questão 23	Qual a modalidade da pós-graduação? <input type="checkbox"/> stricto sensu <input type="checkbox"/> lato sensu
Questão 24	Você teve/tem bolsa de estudos para cursar a pós-graduação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Questão 25	Qual a duração da bolsa de estudos? <input type="checkbox"/> parcial <input type="checkbox"/> integral
Questão 26	Qual a agência concedente da bolsa de pós-graduação? <input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> CAPES
Questão 27	Em caso de OUTROS, qual a concedente?
Questão 28	Qual o tipo de pós-graduação stricto sensu? <input type="checkbox"/> mestrado acadêmico <input type="checkbox"/> mestrado profissional
Questão 29	Em qual área?
Questão 30	Na modalidade: <input type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> distancia
Questão 31	Em qual instituição ?
Questão 32	Qual o tipo de pós-graduação lato sensu? <input type="checkbox"/> residência <input type="checkbox"/> especialização
Questão 33	Qual a carga horária?
Questão 34	Na modalidade: <input type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> distancia
Questão 35	Em qual instituição?
Questão 36	Durante a graduação você teve conhecimento do projeto pedagógico do curso? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> parcialmente
Questão 37	Na sua opinião, durante a graduação, os conteúdos programáticos acerca dos instrumentos e técnicas de atuação do/a assistente social, foram satisfatoriamente desenvolvidos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> em parte <input type="checkbox"/> não sei responder
Questão 38	No seu processo de aprendizagem, a qual ou a quais elementos pedagógicos você atribui a aprendizagem sobre os instrumentos e técnicas? <input type="checkbox"/> disciplinas <input type="checkbox"/> estágio <input type="checkbox"/> oficinas <input type="checkbox"/> outros
Questão 39	Caso tenha respondido OUTROS na questão anterior, descreva:
Questão 40	Para você o que são os instrumentos e técnicas de intervenção da/o assistente social?

Questão 41	Na sua opinião qual a importância da aprendizagem dos instrumentos e técnicas no processo de formação profissional da/o assistente social?
Questão 42	Você avalia que o conjunto dos conteúdos teórico-práticos desenvolvidos no curso de Serviço social favoreceu a apreensão da relação teoria-prática? <input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não <input type="radio"/> parcialmente <input type="radio"/> não sei responder
Questão 43	Justifique sua resposta à questão anterior
Questão 44	Se você atua como assistente social ou se já atuou, a partir da sua experiência, sentiu falta de algum conteúdo relativo aos instrumentos e técnicas no processo de intervenção profissional? Comente.
Questão 45	Você tem algum comentário para acrescentar ou tem alguma sugestão sobre o ensino dos instrumentos e técnicas para o curso de Serviço Social?